

Recesso não impede trabalho em Brasília

Familiares aproveitam para visitar deputado

A campanha do governo do Distrito Federal, que pretende incentivar o turismo, está surtindo efeito. Ao contrário da grande maioria dos parlamentares que retornou a seus Estados neste mês de recesso, o deputado Marcelo Déda (PT-SE) trouxe a família para passar as férias na Capital Federal. Vice-líder do PT, Déda divide o dia entre os afazeres do gabinete e o lazer com a mulher, as três filhas e uma sobrinha.

No período da manhã, o deputado dedica-se aos compromissos do mandato. Assina correspondências, telefona para os correligionários, analisa projetos e coloca em dia a leitura de artigos e teses. Metódico, o petista foi atropelado pelo intenso ritmo de discussões e votações da Câmara e não encontrou tempo para organizar a sua pauta. "Eu tive

que trabalhar fora do meu estilo", afirma.

As tardes são da família. De fevereiro até o início do recesso, Déda só passou um final de semana com a mulher e as filhas. "Eu fui intimado: ou férias ou morte", conta. A solução foi conciliar as férias da família, com o recesso e a necessidade de organizar o trabalho. A mulher Márcia, as filhas Marcella, Yasmin e Luisa, e a sobrinha Tainá estão em Brasília desde o início do mês.

Cineasta amador, Déda aproveita-se da companhia das filhas para assistir aos filmes infantis que estão em cartaz. "Ia ficar muito estranho um marmanjo do meu tamanho na fila do cinema", diz. "As meninas são meu alibi". Sexta-feira, o deputado assistiu *Gasparzinho - O Fantasminha Camarada*, no shopping Liberty Mall, na Asa Norte de Brasília. ■

ZERO HORA

Domingo
9 de julho de 1995

Recesso de julho não afasta parlamentares

Cenário político de Brasília está movimentado

LUIZA DAMÉ

Sucursal/Brasília

A agenda do líder do governo no Congresso, deputado Germano Rigotto (PMDB-RS), está lotada, apesar de os parlamentares estarem em recesso. Entre outros compromissos, tem reuniões com o presidente Fernando Henrique Cardoso, com os ministros Pedro Malan, José Serra e Paulo Paiva, além de encontros para debater as reformas tributária e administrativa.

Apesar das férias de julho, deputados e senadores permanecem em Brasília para colocar em dia os compromissos. Rigotto, que na primeira semana de férias parlamentares ficou no Rio Grande do Sul, volta amanhã para Brasília, onde se reunirá com o primeiro escalão do governo federal.

Se o governo vai se preparar para o segundo semestre, a oposição também não quer ficar para trás. Além de preparar emendas à MP da Desindexação, deputados do PT passaram a primeira semana do recesso discutindo a proposta do partido para a reforma tributária. A intenção é submeter a proposta à bancada no início de agosto.

Sufocados pela intensa pauta de votações do início do mandato, deputados e senadores se valeram do começo das férias para organizar a rotina do gabinete e cumprir as promessas de campanha.

Além de organizar a reunião da bancada gaúcha, marcada

para esta semana, no plenário da Assembleia Legislativa, o deputado Wilson Cignachi (PMDB-RS) foi a seis órgãos federais para encaminhar assuntos de interesse do Estado. O senador Roberto Freire (PPS-PE) assinou cartas para o eleitorado, o que não arranhou tempo de fazer no período de votações.

Ao contrário da maioria dos parlamentares, que retornou aos seus Estados, o deputado Marcelo Dêda (PT-SE) trouxe a família para passar as férias na capital federal. Vice-líder do PT, Dêda divide o dia entre os afazeres do gabinete e o lazer com a mulher, as três filhas e uma sobrinha.

No período da manhã, dedica-se aos compromissos do mandato: assina correspondências, telefona para os correligionários, analisa projetos e coloca em dia a leitura de artigos e teses. As tardes são da família, já que de fevereiro até julho, passou só um final de semana com a mulher e as três filhas.

Cineasta amador, Marcelo Dêda aproveita-se da companhia das meninas para assistir aos filmes infantis que estão em cartaz. "As meninas são meu alibi", justifica-se. A programação organizada pelo deputado, agrada a esposa e à filha Yasmin, de seis anos. Para Luísa, de dois, o parquinho perto dos apartamentos da Câmara, é o paraíso. Marcella e Tainá, com 13 anos, estão achando Brasília monótona e preferem as praias de Sergipe.

Esquerda quer aliança para influir

As oposições também estão se articulando para as novas batalhas no Congresso Nacional. As esquerdas moderadas, que tentaram sem êxito, no primeiro semestre, atrair o PT para negociações com os dissidentes do PSDB e do PMDB, apostam, agora, numa mudança de atitude dos petistas. Com isto, esperam ampliar as alianças para influir nas próximas reformas e na regulamentação das mudanças já aprovadas na Ordem Econômica.

"O partido de Lula precisa trabalhar em conjunto, ampliar negociações para se alcançar sucesso na segunda fase da reforma constitucional", diz o deputado Zaire Rezende (PMDB-MG). "A decisão do PT, PDT e PSB de participar das reformas é uma evolução positiva, embora tardia", completa o deputado Domingos Leonelli (PSDB-BA).

O líder do PSB, deputado José Carlos Sabóia (MA), também faz um apelo ao PT para mobilizar a sociedade e os oposicionistas.

Alianças — O grupo, que busca a ampliação da esquerda no Congresso, através de debates e negociações, acredita que os oposicionistas só alcançarão vitórias se buscarem alianças com os dissidentes tucanos e peemedebistas. "A esquerda sozinha consegue reunir apenas 141 parlamentares", diz o deputado Marcelo Dêda (PT-SE). "Com essa quantidade de integrantes não temos força suficiente para negociar ou aprovar qualquer proposta", acrescenta.

Segundo o parlamentar, o PT aceita críticas sobre sua atuação, desde que não seja uma autoflagelação. Ele concorda, no entanto, que

a esquerda poderia ter sido mais agressiva. Os partidos agora decidiram apresentar emendas às reformas do Estado, da Previdência e tributária. "Além de adotar uma política mais ofensiva, o partido tem que apresentar projeto sobre cada etapa das mudanças constitucionais e também na regulamentação da quebra do monopólio das telecomunicações e da Petrobrás", observa Dêda.

Junto com a atuação nas reformas, o grupo está discutindo ainda o conceito de esquerda no século XXI. Os oposicionistas apostam ainda na divisão da base de sustentação do Governo na próxima etapa da reforma. Segundo Sabóia, a mudança na administração do Estado vai desalojar interesses do PFL e PMDB.

2 • Domingo, 16/7/95

A lista de Ximenes

MARCELO DÉDA

As medidas anunciadas pelo dr. Paulo César Ximenes, presidente do Banco do Brasil, objetivando proceder um "enxugamento" nos quadros do Banco, provocaram extrema comoção não apenas nos limites da instituição, mas, em toda a sociedade brasileira, chocada com a dureza das medidas e a insensibilidade dos seus executores.

De fato, todos nós reconhecemos a necessidade de se procederem reformas na estrutura operacional do Banco do Brasil (e não só do BB, diga-se de passagem, mas de toda a administração pública), dotando-o da necessária agilidade para atuar com mais eficiência no mercado e recuperá-lo de uma crise que já apresenta características endêmicas. Entretanto, não podemos aceitar que as primeiras atitudes venham traduzir-se em medidas que têm como alvo o competente funcionalismo do Banco, de cujos quadros, aliás, sempre se valeu o Governo, independentemente do partido que lá estivesse, para preencher os mais importantes cargos da alta burocracia da República, af incluídos ministérios e secretarias de Estado.

A solução (quase escrevia solução final, expressão de triste e trágica memória) apresentada pelo presidente do Banco, reduzida no chamado Programa de Desligamento Voluntário, que aponta para a demissão de, no mínimo, 16.500 bancários, num universo de 52 mil considerados demissíveis, demonstra que os funcionários foram escolhidos para bode expiatório de uma crise pela qual não são responsá-

veis. Ademais, a forma como se busca operacionalizar este programa — adesão à demissão voluntária ou inclusão na lista de demissão forçada — tem trazido a mais profunda revolta no seio da nossa sociedade, além de ter inaugurado um clima de terror e angústia dentro das agências do BB, gerando um saldo de tragédias que já soma um suicídio e um ataque cardíaco fatal que vitimaram funcionários em Curitiba e no interior da Bahia.

Não é exagero qualificar-se de perversa a metodologia utilizada pela direção do Banco. Funcionários com quase duas décadas de serviços prestados ao BB, são obrigados a tomar em 15 dias uma decisão que vai definir todo o seu futuro. Isso sem qualquer debate com a sociedade, sem qualquer negociação com o funcionalismo, sem qualquer conversa com os sindicatos.

Tem razão a sindicalista Érica Kokai, presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília, quando denomina o tal programa de lista de Schindler ao contrário. De fato, a famosa lista do industrial alemão era o primeiro passo para que judeus segregados em campos de concentração na II Guerra Mundial pudessem escapar das câmaras de gás de Hitler, enquanto a lista de Ximenes é justamente o bilhete de passagem para o desemprego com todas as suas conseqüências, agora maximizadas pelos nebulosos sinais de recessão que já se anunciam no horizonte.

Nunca é demais lembrar, que a paciência do governo FHC se mostra microscópica quando se trata

dos interesses dos assalariados, revelando-se extremamente flexível, para usar um eufemismo muito em moda, quando o que consta da agenda é o atendimento de setores como os engarrafadores de gás de cozinha, os oligopólios da indústria automobilística ou, particularmente, a resolução dos volumosos problemas dos grandes fazendeiros, cuja inadimplência histórica é uma das principais responsáveis pelo quadro tenebroso pintado pelo presidente do Banco do Brasil.

Parece-me, entretanto, que no meio desse inferno astral em que se encontram os funcionários há sinais de esperança. Já se percebe um grande número de congressistas de todos os partidos reclamando a abertura de um processo de negociação cujo ponto de partida seria justamente a suspensão do prazo fatal estabelecido pela direção do BB para a adesão voluntária ao programa. A audiência concedida pelo vice-presidente Marco Maciel a bancários e parlamentares possibilitou aos funcionários do BB um espaço institucional no qual puderam expor diretamente ao Governo os contornos da tragédia social que poderá ocorrer se executado o tal ajuste. Embora não se tenha obtido nenhum compromisso do Governo, o encontro criou uma grande chance para que o dr. Marco Maciel demonstre na prática a sensibilidade social do seu partido, o PFL, recentemente descoberta a alardeada pelo ministro Weffort.

■ Marcelo Déda, deputado por Sergipe, é vice-líder da bancada do PT na Câmara Federal

JORNAL O RUC

NR. 372 - 08 a 14/07/95

Denúncias de Deda resultam em pesquisa que lhe destaca

Levantamento da Arko Advice, empresa de consultoria e pesquisa de Brasília, indica que dos 217 novos parlamentares da Câmara dos Deputados, apenas 20, entre eles o sergipano Marcelo Deda (PT), têm se destacado na atual legislatura, iniciada há cinco meses. Membro da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) da Câmara, Deda é apontado como "revelação", entre os deputados de primeiro mandato.

De acordo com as conclusões da pesquisa, divulgada terça-feira passada, no jornal *Gazeta Mercantil*, "Deda extrapolou o âmbito da CCJ e ficou conhecido no Congresso por ter levantado o financiamento da campanha eleitoral do relator da emenda de quebra do monopólio do petróleo, Roberto Procópio Lima Netto (PFL-RJ), pela maior empresa privada do setor no

Brasil, a Ipiranga".

Nesse episódio, durante a primeira votação da emenda constitucional que acaba com o monopólio da Petrobrás, Deda denunciou que Lima Netto recebeu da Ipiranga 40 mil dólares para sua campanha eleitoral no ano passado. "É, no mínimo, antiético, que um deputado que recebeu dinheiro de uma empresa petrolífera, relate uma matéria que vai beneficiar esta empresa", disse o deputado em discurso na tribuna da Câmara.

"Os privatistas costumam dizer que a economia deve ser regulada pela mão invisível do mercado, mas essa mão invisível às vezes deixa impressões digitais", disse Deda durante o discurso, exibindo cópia da prestação de contas de Lima Netto à Justiça Eleitoral do Rio, em que consta a doação de 40 mil dólares da empresa Ipiranga.

Para o deputado Marcelo

Deda, a escolha de Lima Netto para relatar a emenda que quebra o monopólio estatal do petróleo, "mostra claramente os interesses subalternos que estão conduzindo o projeto de reformas constitucionais do governo Fernando Henrique Cardoso.

Privatização da Petrobrás

- De acordo com Deda, "o grande objetivo da quebra do monopólio estatal do petróleo é fragilizar a Petrobrás, para, futuramente, privatizá-la".

Único parlamentar sergipano a participar da Comissão Especial da Câmara que estudou a emenda constitucional do petróleo, Deda afirma que durante todo o debate que se travou na Comissão, o governo não apresentou nenhum argumento concreto, que justificasse a quebra do monopólio da Petrobrás.

A VOLTA DA AMEAÇA NUCLEAR

A França quer contaminar o Atol de Mururoa e o Pacífico Sul, para produzir bombas atômicas "mais eficientes"

A pressão dos governos da Nova Zelândia e Austrália não foi suficiente para impedir que 150 fuzileiros navais franceses invadissem, em 10 de junho, o navio Rainbow Warrior II, do movimento ambientalista Greenpeace. Os militantes, que estavam próximos ao Atol de Mururoa — possessão francesa no pacífico sul — tentavam impedir que a França realizasse mais um teste nuclear naquela região, já muito contaminada em consequência de experimentos anteriores. A manifestação do "Greenpeace" era pacífica, e os ambientalistas consideraram o uso de bombas de gás lacrimogêneo, pelos fuzileiros, como um ato criminoso.

Palco de explosões desde

um possível acordo que inviabilize esse tipo de experiência, mais testes atômicos, além daqueles já anunciados.

O ex-presidente François Mitterrand havia ordenado o fim dos testes em 85, devido às intensas pressões políticas que surgiram ao ficar provada a participação do serviço secreto francês no atentado que afundou o navio Rainbow Warrior I (também do Greenpeace) e provocou a morte de um fotógrafo holandês. Uma crise de governo obrigou o ministro da Defesa, Charles Hernu, a pedir demissão, e o governo "socialista" de Mitterrand a recuar.

Os primeiros testes nucleares no Atol de Mururoa foram feitos na década de setenta. Foram realizados 175 testes, sendo 123 sub-

131 e Plutônio 239. Recentemente, foram encontradas algas contaminadas por Césio a mais de trezentos quilômetros de Mururoa: a área está liberando radioatividade no oceano e o material pode ser facilmente transportado pelas correntes marítimas do Pacífico Sul.

Correntes marítimas poderiam facilmente espalhar as algas contaminadas pelo Pacífico Sul

A volta dos testes no atol traz consigo duas questões: uma ambiental e outra política. A vida de seres vivos é posta em risco em função das ambições de um membro do Conselho de Segurança da

ONU que não abre mão de possuir e "aprimorar" bombas atômicas. A iniciativa desponta, além disso, como manifestação nacionalista de uma grande potência governada pela direita. Pouco antes das últimas eleições parlamentares francesas, o líder fascista Le Pen havia declarado que o assassinato de um marroquino por "skinheads" era "um problema menor". O mesmo ar onipotente transparece nas declarações do primeiro-ministro Juppé, que declarou no dia da invasão do Rainbow Warrior II: "a França vai continuar a empregar os meios necessários para fazer cumprir a lei".

A arrogância das autoridades francesas diante de um problema provocado muito além de suas

fronteiras despertou uma onda de protestos internacionais. Manifestações de ecologistas diante de embaixadas e consulados franceses espalham-se por Londres, Madri, Luxemburgo, Helsinque, Viena, Hong Kong, São Paulo e Rio de Janeiro. A Austrália, um dos países que podem ser afetados pelos testes em Mururoa, cancelou a compra de vários aviões franceses. Governos da Nova Zelândia, Japão, Chile, Itália, Alemanha, Rússia e Irlanda mandaram mensagens de protesto. Em resposta a tudo isso, Chirac afirmou apenas que "tomou uma decisão adequada aos interesses superiores da nação".

A atitude terrorista do governo francês pode desencadear uma corrida na mesma direção por parte dos outros países membros do "clube nuclear" (EUA, Reino Unido, Rússia e China). Em agosto próximo completa-se meio século desde o massacre de Hiroshima e Nagasaki. Cinco anos depois de terminada a Guerra Fria — e inaugurada uma "Nova Ordem" —, surge entre as grandes potências o desejo de tornar "mais eficientes" as armas que provocaram a tragédia.

WILLIAM AGUIAR

Deputado Déda participa de feijoada em Laranjeiras



Deputado do PT Marcelo Déda e o vice-prefeito Hemetério Freire

O deputado Federal pelo PT, Marcelo Déda, participou em Laranjeiras de uma feijoada a convite da líder do PBDDM, onde o papo animado ao som de um grupo de seresta se revestiu de política. Na oportunidade o Deputado esteve conversando com o vice-prefeito, dirigentes de partido, diretor de jornal e líder comunitário. Mais Déda na página 3.

O LIBERAL (JULHO -95) - PÁGINA 03

Déda participou de uma feijoada em Laranjeiras



Convidado para participar de uma feijoada, depois de trabalho citado e elogiado, pelo Correio Brasiliense, Gazeta de Sergipe, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil e Folha de São Paulo, esteve em Laranjeiras o deputado Federal Marcelo Déda, acompanhado de assessores e do atual presidente da executiva estadual do PT, Francisco Santos. O evento aconteceu na residência do TATI, preparado por Lídia que recebeu a todos com muita alegria e foi convidada a se filiar ao PT com o

PT organizado em Laranjeiras

O LIBERAL - JULHO/95
PÁGINA 02

As constantes vindas do deputado Federal pelo PT, Marcelo Déda, surtiram efeito na reorganização do partido. O Deputado junto a executiva estadual nomeou uma Comissão provisória com os seguintes membros: presidente, Paulo Roberto Soares Torres, demais membros: Manoel Messias de Souza, Evaldo Moura de Oliveira, Yulbrinner Eneás Silva Azevedo e Antônio Amintas Oliveira Souza. Atualmente o PT conta com 60 filiados antigos e 52 novos filiados, perfazendo um total de 112 filiados. A convenção municipal está sendo planejada para o início do mês de setembro.

Deda participou de uma feijoada em Laranjeiras



Deputado Marcelo Deda e Lúcia, futura integrante do PT



O presidente do PSDB, Carlos Alberto, jornalista e radialista Ariosvaldo Sizino Franco, diretor do jornal O Liberal e o radialista Jailton Lima

Convidado para participar de uma feijoada, depois de trabalho citado e elogiado, pelo Correio Brasiliense, Gazeta de Sergipe, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil e Folha de São Paulo, esteve em Laranjeiras o deputado Federal Marcelo Deda, acompanhado de assessores e do atual presidente da executiva estadual do PT, Francisco Santos. O evento aconteceu na residência do TATI, preparado por Lúcia que recebeu a todos com muita alegria e foi convidada a se filiar ao PT com o aval do Deputado.

Na oportunidade estiveram presentes o PC do B, PSDB, o diretor do Jornal O Liberal, Ariosvaldo Sizino Franco, Carlos Alberto, Jailton Lima, Hemetério Freire, Cari. A feijoada foi acompanhada de um grupo de seresta. Estivemos conversando com o Deputado e elogiando a sua visão do atual Brasil e do seu trabalho na Câmara Federal.

Falando do seu último boletim, onde o seu trabalho vem destacado, disse que o que está divulgado no Boletim é apenas um resumo do seu trabalho como parlamentar que o seu trabalho junto às comunidades também faz parte do seu dia a dia, mesmo quando em Brasília a sua assessoria tem o cuidado de se dedicar a esse trabalho.

Déda participou de uma feijoada em Laranjeiras



Deputado Marcelo Déda e Lúcia, futura integrante do PT



O presidente do PSDB, Carlos Alberto, jornalista e radialista Ariovaldo Sizino Franco, diretor do jornal O Liberal e o radialista Julliton Lima

Convidado para participar de uma feijoada, depois de trabalho citado e elogiado, pelo Correio Brasiliense, Gazeta de Sergipe, Jornal do Brasil, Gazeta Mercantil e Folha de São Paulo, esteve em Laranjeiras o deputado Federal Marcelo Déda, acompanhado de assessores e do atual presidente da executiva estadual do PT, Francisco Santos. O evento aconteceu na residência do TATI, preparado por Lúcia que recebeu a todos com muita alegria e foi convidada a se filiar ao PT com o aval do Deputado.

Na oportunidade estiveram presentes o PC do B, PSDB, o diretor do Jornal O Liberal, Ariovaldo Sizino Franco, Carlos Alberto, Julliton Lima, Hemetério Freire, Cari. A feijoada foi acompanhada de um grupo de seresta. Estivemos conversando com o Deputado e elogiando a sua visão do atual Brasil e do seu trabalho na Câmara Federal.

Falando do seu último boletim, onde o seu trabalho vem destacado, disse que o que está divulgado no Boletim é apenas um resumo do seu trabalho como parlamentar que o seu trabalho junto as comunidades também faz parte do seu dia a dia, mesmo quando em Brasília a sua assessoria tem o cuidado de se dedicar a esse trabalho.

METODOLOGIA

Os "Cabeças do Congresso" são, na definição do DIAP, aqueles parlamentares que conseguem se diferenciar dos demais pelo exercício de todas ou algumas das qualidades e habilidades aqui descritas. Entre os atributos que caracterizam um protagonista do processo legislativo destacamos a capacidade de conduzir debates, negociações, votações, articulações e formulações, seja por saber, senso de oportunidade, eficiência na leitura da realidade, que é dinâmica, e principalmente facilidade para conceber idéias, constituir posições, elaborar propostas e projetá-las para o centro do debate, liderando sua repercussão e tomada de decisão. Enfim, é o parlamentar que, isoladamente ou em conjunto com outras forças, é capaz de criar seu papel e o contexto para desempenhá-lo.

Processo legislativo, para efeito deste trabalho, é entendido como algo além dos procedimentos formais de elaboração, apresentação e deliberação de leis no âmbito do Poder Legislativo. Ele, neste particular, precede e extrapola essas fases da tomada de decisão no rito de tramitação do Congresso para alcançar a influência da sociedade, das organizações e dos demais Poderes interessados na formulação e

conclusão das negociações que antecedem a institucionalização das leis.

Para a classificação e definição dos nomes que lideram o processo legislativo, o DIAP adotou critérios qualitativos e quantitativos que incluem aspectos institucionais, reputacionais e de tomada de decisão. Entendemos como critério institucional o vínculo formal a uma organização, o reputacional a repercussão sobre a pessoa em questão ou sobre o que ela fala e a tomada de decisão a capacidade de liderar e influenciar escolhas. Para tanto, promoveu em relação a cada parlamentar, levantamentos minuciosos de pronunciamentos, apresentação de proposições, resultados de votações, intervenções nos debates do Legislativo, frequência com que é citado na imprensa, temas preferenciais, cargos públicos exercidos dentro e fora do Congresso, relatorias de matérias relevantes, forças ou grupos políticos de que façam parte, além do exame minucioso dos perfis políticos e ideológicos de cada parlamentar.

Constatou-se, ao longo deste trabalho, que as posições ocupadas, cargos formais ou informais, como presidência de comissões, lideran-

ças, vice-lideranças, relatorias, mistas partidárias, direção da Câmara ou do Senado, e a reputação entre os colegas, são fundamentais para o ingresso nesse clube restrito, embora não sejam exclusivas. O saber, o equilíbrio, a prudência, a credibilidade e a respeitabilidade, ao lado da experiência, são atributos que credenciam um parlamentar perante seus pares e abrem caminho para influir no processo decisório, inclusive na definição da agenda. A imprensa, igualmente, possui papel decisivo na projeção desses parlamentares.

Os "Cabeças" ou protagonistas do Congresso, portanto, são os parlamentares que exercem real influência no processo decisório e sobre os atores nele envolvido. Há uma alternância normal entre os parlamentares que aparecem apenas conjuntamente. Esses, com a mesma velocidade com que surgem, também desaparecem da cena política.

Os conceitos, a metodologia adotada, os critérios de classificação dos parlamentares, a tendência política bem como a análise e perfis individuais são de inteira responsabilidade da equipe técnica do DIAP.

BOLETIM DO DIAP - Nº 08 - AGOSTO DE 1995

Publicação Mensal do DIAP - Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar.

SBS - Edifício Seguradoras - Salas 301/4
CEP 70093-900 - Brasília-DF

Tel: (061) 225-9744 - Fax: 225-9150

Supervisão: Ulisses Riedel; **Editor:** Antônio Augusto de Queiroz; **Redação:** Antônio Augusto, Maria Lúcia de Santana Braga e José Geraldo Dutra Bonfim.

Colaboradoras: Cristiane Rocha e Viviane Sena; **Editoração Eletrônica:** Diagramant (061) 322-7487.

CONSELHO DIRETOR DO DIAP

Presidente: Celso Napolitano (SINPRO/SP); **1º Vice-Presidente:** Fernando Tollen-

dal (CONTEC/DF); **2º Vice-Presidente:** Paulo Sérgio Leal Alves (SINPRO/DF); **3º Vice-Presidente:** Jacy Afonso (SEEB/DF); **4º Vice-Presidente:** Laerte Conceição M. de Oliveira (SEE/SP); **5º Vice-Presidente:** Setembrino de Menezes Filho (SINERGIA/DF); **Superintendente:** Luiz Roberto Vieira (SINDPD/GO); **Suplente:** Carlos Benedito Pereira (SINDAGUA/DF); **Secretário:** Carlos Everardo dos Santos (CONTEC/DF); **Suplente:** Vicente Alvarenga Ribeiro (CONTEC/DF); **Tesoureiro:** Elieto Gomes de Araújo (SINDAF/DF); **Suplente:** Ionaldo Fernandes de

Oliveira (SQ/DF).

CONSELHO FISCAL

Efetivo: Luiz Francisco Cardoso (CONTEC/DF); **Suplente:** Jamil Benker (CONTEC/DF); **Efetivo:** José Gomes da Silva (SINDSAL/DE/DF); **Suplente:** Marcílio Vieira de Oliveira (SINTAPPI/MG); **Efetivo:** Jânio Pereira Barbosa (SENCE/DF); **Suplente:** Antônio Figueiredo Machado (SINTEL/DF).

SUPLENTE DO CONSELHO DIRETOR
Epaminondas Lino de Jesus (SINDAF/DF); Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE/DF).

INFORME

ANO II, Nº 85 - 02 DE OUTUBRO DE 1995

A CONTECE

FOTO: ANTONIO OLAVO



UFS participa de homenagem aos mártires de Canudos

Os mártires de Canudos vão ser lembrados nestes sábado e domingo, no sertão da Bahia pelo Movimento Popular e Histórico de Canudos. Professores e estudantes do Curso de História da Universidade Federal de Sergipe participarão da programação que visa manter viva a história da guerra travada há quase um século entre os sertanejos comandados por Antônio Conselheiro e o Exército brasileiro.

A programação prevê debates

sobre o tema, exibição de filmes e vídeo, apresentações teatrais, peregrinação, shows musicais, cantorias e orações pelos mortos na guerra que matou cerca de 30 mil pessoas. Durante anos, o sertão baiano se transformou num campo de batalha onde as forças regulares sofreram pesadas baixas devido a coragem do nordestino, que só foi derrotado em 1897 após a morte do Conselheiro.

(Pág. 3)

Leite de cabra usado na fabricação de sabonete

A Universidade Federal de Sergipe já possui um projeto para a fabricação de sabonete utilizando o leite de cabra largamente produzido no Nordeste. O trabalho, que teve a orientação dos professores Arivaldo Montalvão e Armando Barros, do Departamento de Engenharia Química, foi apresentado com sucesso na UFS e na Universidade Federal de Alagoas. "Esse projeto nasceu do

desejo de um produtor alagoano em aproveitar o excedente de leite de cabra. Após três anos de estudos utilizando quatro bolsistas concluímos as pesquisas", explica Montalvão. Segundo ele, a maior dificuldade para a realização do projeto foi a falta de recursos, problema que afeta todas as universidades brasileiras.

(Pág. 5)

PROJETO PARA EDUCAÇÃO

O presidente da CUT (Central Única dos Trabalhadores), Vicente Paulo da Silva, o "Vicentinho", apresenta "Um projeto para a educação" na seção Ponto de Vista. Ele garante que o objetivo de sua proposta é defender e aprimorar um "Sistema Nacional de Educação". (Pág. 02)

INFORMÁTICA TEM SEMANA

O Departamento de Estatística e Informática da Universidade Federal de Sergipe promove no período de 23 a 27 deste mês a II Semana de Informática. O evento terá cursos variados com professores da UFRJ, UFPE, UERJ, UFBA, UFPB e UFS. (Pág. 04)

HOMENAGEM ÀS SECRETÁRIAS

Contando com a presença do Reitor interino, professor José Paulino da Silva, a UFS prestou homenagem às secretárias de seu quadro de pessoal. A homenagem aconteceu no dia 29 na Sala dos Conselhos e foi prestigiada por Pró-Reitores, Diretores de Centros e Chefes de Departamentos. (Pág. 5)

TESE DE MESTRADO

Na página 06 desta edição estamos publicando o resumo da tese de mestrado de professor José Ricardo de Santana, que teve como tema "Industrialização e Complementaridade Regional: os caminhos para uma trajetória de crescimento para o Nordeste brasileiro".

Atos do
Reitoria
CIRCULA ENCARTE

DICA DE LIVRO
PAG. 7

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Atos da Reitoria

ARACAJU, 02 DE OUTUBRO DE 1995

ENCARTE DO BOLETIM INFORME UFS

RESOLUÇÃO Nº 13/95/CONSU

Homologa Concurso Público
O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Sergipe, no uso de suas atribuições legais;

Considerando os processos anteriores aprovados por este Conselho, relacionados a Concursos realizados no âmbito do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde;

Considerando que não houve abuso, dolo ou má fé nos procedimentos realizados no concurso;

Considerando o parecer do Relator Cons^º LUIZ SANTANA, ao analisar o Processo nº 4139/94-22;

Considerando ainda, decisão unânime deste Conselho em sua Reunião Ordinária hoje realizada;

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a Homologação do Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Auxiliar de Ensino T-40, referente a Matéria de Ensino Cirurgia Odontológica, do Centro de Ciências Biológicas e da Saúde.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Sala das Sessões 21 de setembro de 1995.
Reitor Prof. Luiz Herminio de Aguiar Oliveira
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 14/95/CONSU

Dá provimento a recurso de servidora.
O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Sergipe, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o parecer do Relator Cons^º JOSÉ AIRTO BATISTA ao analisar o processo nº 2277/94-95;

Considerando ainda, a decisão unânime deste Conselho em sua Reunião Ordinária hoje realizada;

RESOLVE:

Art. 1º - Dar provimento a recurso interposto pela servidora MARIA JOSE SANTANA DOS PRAZERES para correção do adicional de função equivalente ao nível FG-1.

Art. 2º - O efeito financeiro desta Resolução retroage a DEZEMBRO/94.

Sala das Sessões 21 de setembro de 1995.
Reitor Prof. Luiz Herminio de Aguiar Oliveira
PRESIDENTE

RESOLUÇÃO Nº 15/95/CONSU

Dá provimento a recurso de servidor.
O CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Sergipe, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o parecer do Relator Cons^º ANTONIO CESAR CABRAL DE OLIVEIRA ao analisar o processo nº 3007/94-56;

Considerando ainda, a decisão unânime deste Conselho em sua Reunião Ordinária hoje realizada;

RESOLVE:

Art. 1º - Dá provimento ao recurso interposto pela servidora MARIA MATOS SILVA, reconhecendo a não incidência da prescrição quinquenal sobre o direito de revisão do adicional.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data.

Sala das Sessões 21 de setembro de 1995.
Reitor Prof. Luiz Herminio de Aguiar Oliveira
PRESIDENTE

PORTARIA Nº 950

DE 22 DE SETEMBRO DE 1995

Reformula a Portaria nº 1.110, de 24.11.92

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e, considerando;

A necessidade de adoção de providências com vista a uma melhor operacionalização do atendimento à comunidade universitária na área de assistência médica e social.

A necessidade de otimizar a capacidade instalada da instituição e a utilização de seus recursos disponíveis, visando a prestação de assistência comunitária de forma integrada e que atenda indistintamente aos três segmentos da instituição;

RESOLVE:

Art. 1º - Reformular a Portaria nº 1.110 de 24.11.92, objetivando redefinir as atribuições específicas dos setores envolvidos no Programa de Assistência Comunitária (PAC);

PROEX

- Coordenar a política de assistência comunitária da UFS.

- Articular os Programas existentes na UFS, estabelecendo as relações entre as unidades administrativas para o adequado fluxo de atendimento aos servidores.

- Acompanhar o Programa de Assistência Médica e Previdenciária aos servidores da UFS, através da GEAP.

PROEST

- Executar os serviços de assistência médica e psicossocial no âmbito da Cidade Universitária, em articulação com as Unidades da área de Saúde que se fizerem necessárias para a viabilização dos atendimentos.

PROAD

- Colocar os recursos humanos da DIASE à disposição do Programa.

- Viabilizar o apoio material.

GRH

- Apoiar o programa através do NAPE.

HU e M.H.F.B.

- Apoiar este Programa, de acordo com os critérios a serem estabelecidos pelos integrantes do NAC.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim Interno de Serviço desta Universidade.

PUBLIQUE-SE, DE-SE CIÊNCIA E CUMPRE-SE
Prof. Luiz Herminio de Aguiar Oliveira
REITOR

PORTARIA Nº 951

DE 22 DE SETEMBRO DE 1995

Autoriza docente a se afastar do País
O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, considerando o Processo nº 23113.007501/95-25, e tendo em vista o disposto na Portaria nº 188 de 08/03/95 do Ministro de Estado da Educação e do Desporto;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar o afastamento do País da Profª NUBIA BENTO RODRIGUES, docente do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal de Sergipe, no período de 26/09/95 a 08/10/95, com a finalidade de participar do XIX International Latin American Studies Association, em Washington (EUA), com a apresentação do trabalho "Health Seeking Patterns and Social Change in the Northern Litoral of Bahia", sem ônus para a UFS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PUBLIQUE-SE, DE-SE CIÊNCIA E CUMPRE-SE
Prof. Luiz Herminio de Aguiar Oliveira
REITOR

PORTARIA Nº 952

DE 22 DE SETEMBRO DE 1995

Concede aposentadoria a servidor

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Portaria nº 227, de 27.03.78, publicada no Diário Oficial da União em 27.03.78 e,

Considerando o disposto no art. 40, inciso III, alínea "c", da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando o que consta do art. 186, inciso III, alínea "c", da lei nº 8.112 de 11.12.90;

Considerando o que consta do Processo nº 23113.002804/95-70/UFS;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder aposentadoria voluntária por tempo de serviço a ELISIO MARIANO SOUZA, matrícula SIAPE nº 0425363, no cargo de Técnico em Contabilidade, Nível Intermediário, Classe A, Padrão III, com regime de trabalho de 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Único de Pessoal desta Universidade, lotado na Pró-Reitoria de Administração, com exercício na Divisão de Contabilidade, com proventos proporcionais, à razão de 32/35 (trinta e dois; trinta e cinco avos), observado o disposto no Artigo 189, da lei Supracitada.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

PUBLIQUE-SE, DE-SE CIÊNCIA E CUMPRE-SE
Prof. Luiz Herminio de Aguiar Oliveira
REITOR

PORTARIA Nº 953

DE 22 DE SETEMBRO DE 1995

Autoriza lotação provisória.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no artigo 84, parágrafo 2º da lei 8.112 de 11/12/90;

Considerando o que consta do Ofício nº 300/95/GR-UNIR;

RESOLVE:

Art. 1º - Autorizar, a lotação provisória de ERLETE DE PAULA BÔTELHO, ocupante do cargo de professor de 1ª e 2ª Graus, Classe "D", nível D4, com regime de trabalho de Dedicação Exclusiva, na Fundação Universidade Federal de Rondônia, sem prejuízo dos vencimentos e vantagens do seu cargo efetivo, ficando aquela IFES, obrigada a remeter mensalmente a frequência da referida servidora a esta UFS.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data.

PUBLIQUE-SE, DE-SE CIÊNCIA E CUMPRE-SE
Prof. Luiz Herminio de Aguiar Oliveira
REITOR

PORTARIA Nº 954

DE 25 DE SETEMBRO DE 1995

Promove servidores.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando o que dispõe o artigo 25, I e II, do anexo ao Decreto nº 94.664, de 23/07/87;

Considerando o que consta no Ofício nº 71/95/GRH/COADS;

RESOLVE:

Art. 1º - Promover os 41 (Quarenta e um) servidores, conforme consta na relação anexa, que é parte integrante desta Portaria.

Art. 2º - Os efeitos financeiros das promoções terão vigência a partir das datas expressas na citada relação.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim Interno de Serviço desta Universidade.

PUBLIQUE-SE, DE-SE CIÊNCIA E CUMPRE-SE
Prof. Luiz Herminio de Aguiar Oliveira
REITOR

ANEXO PORTARIA Nº 954

ORDEN	MATRICULA	NOME DO SERVIDOR	CARGO	DATA BASE	CURSO ATUAL	DATA MERITO	PROM. TEMPO	CURSO PROP.
1	4256485	ALOISIO ALVES	MOTORISTA	03/09/79	BODI	03/09/95	03/09/95	BRI
2	518024	ANA JOELINA DE JESUS BRANCO	AUX. ADMINISTRATIVO	01/09/81	GOVI	01/09/95	0	BODI
3	4256275	ANALIA MARIA DE FREITAS	AUX. ADMINISTRATIVO	17/09/81	BODI	17/09/95	0	BRI
4	4256267	ANILDA OLIVEIRA DA SILVA	CONTINUD	18/09/81	BRI	18/09/95	0	BODI
5	4256500	ANTONIO CARLOS DOS SANTOS	TECNICO EM CONTABILIDADE	30/09/91	GOVI	30/09/95	30/09/95	GOVI
6	4256178	ANTONIO CARLOS SANTOS	AUX. DE COZINHA	01/09/81	BODI	13/09/95	0	BRI
7	4256152	ANTONIO DOS SANTOS I	OP. DE ESTACAO DE TRATAM.	12/09/77	GOOV	12/09/95	0	GOVI
8	4256208	ANTONIO FERNANDO LIMA NORONHA	ASSIST. DE ADMINISTRACAO	01/09/81	BODI	01/09/95	0	BODI
9	4254971	ANTONIO JOSE SOARES	SECRETARIO EXECUTIVO	01/09/77	BODI	01/09/95	0	BRI
10	4254820	ARLETE B. DOS SANTOS	ASSIST. DE ADMINISTRACAO	01/09/77	BRI	01/09/95	0	BODI
11	4256118	CARLOS ALBERTO G. SANTOS	AUX. ADMINISTRATIVO	10/09/81	GOVI	10/09/95	0	GOOV
12	8926497	DAMÃO SILVA BISPO	TÉC. EM LAB. ÁREA	13/09/93	GOVI	13/09/95	0	GOOV
13	8926721	EDUARNA BARBOSA DA SILVA BORGES	ASSIST. SOCIAL	10/09/93	DRI	10/09/95	0	GOVI
14	4256581	ELISA NASCIMENTO MESSIAS	DATILÓGRAFO	01/09/81	BRI	01/09/95	0	BODI
15	4256348	ERVAN DANTAS DE OLIVEIRA	ASSIST. DE ADMINISTRACAO	21/09/79	AODI	14/09/95	14/09/95	ARI
16	4256188	FRANCISCO SILEM MACHADO	ASSIST. DE ADMINISTRACAO	01/09/81	BODI	01/09/95	0	AODI
17	4256184	FRANCISCO ROBERTO DE MELO SOBRAL	ASSIST. DE ADMINISTRACAO	01/09/81	BODI	01/09/95	0	BODI
18	4254354	GILSON ROSA DIAS	ASSIST. DE ADMINISTRACAO	01/09/77	AODI	01/09/95	0	ARI
19	4256511	GILSON SANTOS ROCHA	DATILÓGRAFO	01/09/81	BODI	01/09/95	0	BODI
20	8966288	IVONE LEMOS PORTO BEUTHNER	PROGRAMADOR DE COMPUTADOR	16/09/93	DRI	16/09/95	0	GOVI
21	4256224	IVONE FARIAS DOS SANTOS	SERVENTE DE LIMPEZA	01/09/81	BRI	01/09/95	0	BODI
22	8966408	JANNE MARLY BATISTA DOS SANTOS	TÉCNICO EM LAB. ÁREA	21/09/93	GOVI	21/09/95	0	GOVI
23	4256477	JOÃO BOSCO ARAÚJO	VIGILANTE	03/09/79	BODI	03/09/95	03/09/95	BODI
24	4256646	JORGE ALBERTO DE OLIVEIRA	DATILÓGRAFO	01/09/81	BODI	01/09/95	0	AODI
25	4256069	JOSÉ CARLOS SOBRINHO	AUX. DE COZINHA	13/09/81	BODI	13/09/95	0	BRI
26	4256252	JOSÉ GUSTAVO DA FONSECA	MECANOGRAFIA	14/09/81	BODI	14/09/95	0	BODI
27	4255516	JOSÉ RUBENVAL SANTOS	AUX. ADMINISTRATIVO	26/09/73	BODI	26/09/95	0	BODI
28	4256097	JOSÉ WILSON SANTOS RIOS	OP. DE MÁQUINAS COPIADORAS	01/09/81	BODI	01/09/95	0	BODI
29	8901711	JUGURTA LIMA DOS SANTOS	VIGILANTE	27/09/93	GOVI	09/09/95	0	GOOV
30	4256701	MARIA ADELI DE ANDRADE LEITE	DATILÓGRAFO	01/09/81	BRI	01/09/95	0	BODI
31	4254938	MARIA DO CARMO CORREIA DOS SANTOS	ADMINISTRADOR	01/09/77	AODI	01/09/95	0	AODI
32	4256151	MARIA DO CARMO SANTOS	SERVENTE DE LIMPEZA	01/09/81	BRI	01/09/95	0	BODI
33	4256123	MARIA ELIZABETE DALTRY	DATILÓGRAFO	01/09/81	BODI	01/09/95	0	AODI
34	4256743	MARIA EVANI DE SANTANA BONFIM	DATILÓGRAFO	01/09/81	BODI	01/09/95	0	AODI
35	4255524	MARIA IZABEL DE SANTANA	ASSIST. DE ADMINISTRACAO	27/09/73	AODI	27/09/95	0	ARI
36	8866513	MARIZA CAMILA MELO DE ALMEIDA	ANALISTA DE SISTEMA	29/09/93	DRI	29/09/95	0	BODI
37	4256493	NORMA MARIA DOS SANTOS	ASSIST. DE ADMINISTRACAO	10/09/79	AODI	10/09/95	10/09/95	ARI
38	4256160	RAMUNDO ALVES DE OLIVEIRA	OP. DE MÁQUINAS COPIADORAS	01/09/81	BODI	01/09/95	0	BODI
39	4256469	RAYMUNDO GOMES DA CUNHA	ASSIST. DE ADMINISTRACAO	03/09/79	BODI	03/09/95	03/09/95	BODI
40	4256180	ROSALMIRA PINHEIRO SANTOS	ASSIST. DE ADMINISTRACAO	01/09/81	BODI	01/09/95	0	BODI
41	4256507	SILVANO SOARES DE S. SANTO	MOTORISTA	11/09/79	BODI	11/09/95	11/09/95	BRI

PORTARIA Nº 955
DE 25 DE SETEMBRO DE 1995

Designa servidor
O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que consta do Processo nº 23113.007405/95/31,
RESOLVE:

Art. 1º - Designar, o Professor Adjunto, Nível 02, com regime de trabalho de Dedicção Exclusiva, ANA VIRGINIA COSTA DE MENEZES, lotado no Departamento de Geografia do Centro de Educação e Ciências Humanas, para exercer a função gratificada: FG-01, de Chefe do Departamento de Geografia do Centro de Educação e Ciências Humanas.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.
PUBLIQUE-SE, DE-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE
Prof. Luiz Herminio de Aguiar Oliveira
REITOR

PORTARIA Nº 956
DE 25 DE SETEMBRO DE 1995

Designa servidor.
O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que consta do Processo nº 23113.007405/95-31/ UFS,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, o Professor Assistente, Nível 04 com regime de trabalho de Dedicção Exclusiva, JOSEFA ELIANE SANTANA DE SIQUEIRA PINTO, lotado no Departamento de Geografia do Centro de Educação e Ciências Humanas, para exercer a função de Subchefe do Departamento de Geografia do Centro de Educação e Ciências Humanas.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim Interno de Serviço desta Universidade.

PUBLIQUE-SE, DE-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE
Prof. Luiz Herminio de Aguiar Oliveira
REITOR

PORTARIA Nº 957
DE 25 DE SETEMBRO DE 1995

Constitui Comissão de Sindicância
O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, no uso de suas atribuições legais e considerando:

O que consta da Portaria nº 453, de 17/04/95, que instituiu a Comissão Permanente de Sindicância e de Processo Administrativo Disciplinar.

O que consta do Processo nº 23113.002064/92-39/DRM,
RESOLVE:

Art. 1º - Designar a Assistente em Administração MÉRICA MARIA SILVA PRETEXTATO, lotada na Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários, a Técnica em Assuntos Educacionais MARA LÚCIA TRINDADE DE LIMA, e a pedagoga-Habilitação ZENILDE SOARES PINTO, lotada na Pró-Reitoria de Graduação, para, sob a Presidência da primeira, comporem a Comissão de Sindicância encarregada de reabrir o Processo nº 23113.002064/92-39/DRM, na forma e prazos, estabelecidos nas normas que regem a espécie.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim Interno de Serviço desta Universidade.
PUBLIQUE-SE, DE-SE CIÊNCIA E CUMPRA-SE
Prof. Luiz Herminio de Aguiar Oliveira
REITOR

PAGAMENTO DE DIÁRIAS

REFERENTE AO MÊS JUNHO DE 1995

SERVIDOR

MARIA EUCARISTIA T. LEITE
SINIÃO S. DO ESP. SANTO
JOÃO DOS SANTOS I
DAMIÃO ASSIS
COSME ASSIS
JOSÉ OLIVEIRA DANTAS
CATARUNA ZITA D. ARAUJO
ERMINDA DA C. G. COUTO
WASHINGTON LUIZ BRITO
25,86
ELÁDIO DOS SANTOS
JOSÉ FRANCISCO NASCIMENTO
COSME ASSIS
MYRNA FRIEDERICH S. SOUZA
JOÃO DOS SANTOS I
JOSÉ MARIA L. LYRA
JOÃO BOSCO GOMES
EDINALVA SANTOS
GILMAR BARROS DA SILVA
EMMANUEL FRANCO FILHO
ALOÍSIO ALVES
PAULO ROBERTO M. PORTO
GILMAR BARROS DA SILVA
AFONSO DE L. OLIVEIRA SILVA
SIMÃO S. DO ESPÍRITO SANTO
JOSÉ FRANCISCO NASCIMENTO
JOÃO BOSCO GOMES
CARLOS HENRIQUE A. BARROS
EMERSON FERREIRA DA COSTA
218,87
JOÃO ALVES CRUZ FILHO
JOSÉ MARIA LOPES LYRA
MARCELO F. LANDIN DE SOUZA
GILMAR BARROS DA SILVA
JOSÉ FRANCISCO NASCIMENTO
TELMA MENDES COSTA
MARIA SONIA R. V. REZENDE
LUZIA CRISTINA B. OLIVEIRA
MARIA TÂNIA FONSECA
ELZA DE OLIVEIRA SILVA
DIANA CARNEIRO MORAIS
ALOÍSIO ALVES
MÁRIO ERNESTO G. VALÉRIO
JOSÉ FERNANDES DE LIMA
JOSÉ AUGUSTO ANDRADE
ELÁDIO DOS SANTOS
GILMAR BARROS DA SILVA
SIMÃO S. DO E. SANTO
JOSÉ FRANCISCO NASCIMENTO
JOSÉ AUGUSTO ANDRADE
GILMAR BARROS DA SILVA
CÉSAR VASCONCELOS FLORES

MOTIVO

Participar do IV Enc. Pró-Reitor
Transp. Prof. e Alunos
Realizar viagem coleta de material científico
Realizar viagem coleta de material científico
Realizar viagem coleta de material científico
Realizar viagem coleta material científico
Realizar viagem coleta de material científico
Realizar viagem coleta de material científico
Desenvolver proj. obtenção de novas variedades cana-de-açúcar
Aju-S. Cristóvão
Realizar viagem coleta de material científico
Transp. prof. e alunos
Realizar viagem col. mat. científico
Realizar viagem col. mat. científico
Realizar viagem col. mat. científico
Transp. Pró-Reitores
Transp. professores
Coleta de amostras de água
Transportar professores
Manter contatos com EMDAGRO
Transp. professores
Representar o Mag. Reitor
Transp. professores
Manter contato prefeito
Transportar prof. e aluno
Transportar prof. e aluno
Transportar prof. e aluno
Transportar prof. e aluno
Participação da XVI Jornada Norte e Nordeste Dermatologia
Aju-Fortaleza
Partic. V Congresso Brasileiro Arquitetura
Transp. prof. e alunos
Coleta amostras de água
Transportar professores
Transportar prof. e alunos
Participar 8º Cong. Bras. Assist. Sociais
Participar 8º Cong. Bras. Assist. Sociais
Curso Fourth Internac. laurels Conf. - The Tide & Change
Reunião com Grupos de Trabalho
Participar do II Cong. Enfermagem
Participar do II Cong. Enfermagem
Transp. vice-reitor
Apresentar trabalho Enc. Física
Apresentar trabalho Enc. Física
Revisão do livro geografia-Se
Realizar viagem coleta material científico
Transp. alunos e professores
Transp. técnicos
Transp. professores
Viagem de estudos caráter Departamental com alunos
Transp. professores
Part. e/ membro da Reun. da Coord. do Fórum dos D. do DCFs
Aju-S. Paulo
Aju-Salvador
Aju-Estância
Aju-Estância
Aju-Boquim
Aju-Salvador
Aju-Salvador
Aju-Salvador
Aju-S. Paulo
Aju-S. Paulo
Aju-Canudos
Aju-Canudos
Aju-Canudos
Aju-R. de Janeiro
Aju-Caiçara
Aju-Pirambu
Aju-Lagarto
Aju-Parapiranga
Aju-Capela
Aju-FLN-Aju

PERCURSO

VALOR

REFERENTE AO MÊS JULHO DE 1995

SERVIDOR

JOSÉ MARIA LOPES LYRA
PAULO J. DA ROCHA PITA
TÁCITO AUGUSTO FARIAS
GILMAR BARROS DA SILVA
GILMAR BARROS DA SILVA
GILMAR BARROS DA SILVA
JOSÉ FRANCISCO NASCIMENTO
JOSÉ FRANCISCO NASCIMENTO
JOSÉ MARIA LOPES LYRA

MOTIVO

Transp. professores
Transp. professores
Efetuar matrícula de Doutorado
Transp. professores
Transp. professores
Transp. professores
Transp. professores
Transp. professores
Transp. professores
Transp. professores

PERCURSO

VALOR

Aju-Laranjeiras
Aju- D. Pastora
Aju-S. Paulo
Aju-Estância
Aju-Japaratinga
Aju- S. Dias
Aju
Aju-Pirangi
Aju-Ilha Sta. Luzia

SERVIDOR	MOTIVO	PERCURSO	VALOR
ELÁDIO DOS SANTOS	Realizar viagem de coleta material científico	Aju-Crasto	25,86
LUCIA MARIA CORREIA	Partic. Cong. Bras. A. Social	Aju-Salvador	325,76
LAURA CARNEIRO LACERDA	Partic. Cong. Bras. A. Social	Aju-Salvador	325,76
RONALD VIEIRA DONALD	Partic. Enc. Const. Civil	Aju-Rio	325,76
AMY ADELINA C. FARIAS ALVES	Apresentação de Trab. Ass. Social	Aju-Salvador	285,04
ANA MARIA V. MELO	Apresentação de Trab. Ass. Social	Aju-Salvador	285,04
MARIA HELENA S. CRUZ	Apresentação de Trab. Ass. Social	Aju-Salvador	285,04
TERESINHA L. SOUZA ARAÚJO	Apresentação de Trab. Ass. Social	Aju-Salvador	325,76
JOSÉ FRANCISCO NASCIMENTO	Transp. professores	Aju-Neopólis	21,21
JOSÉ FRANCISCO NASCIMENTO	Transp. professores	Aju-Neopólis	21,21
JOSÉ PAULINO DA SILVA	Viagem para levantamento de dados na cidade Monte Santo	Aju-Canudos	274,90
DAMIÃO ASSIS	Coleta de material científico	Aju-Sta Luzia	12,93
JOSÉ OLIVEIRA DANTAS	Coleta de material científico	Aju-Crasto	12,93
CARLOS HENRIQUE A. BARROS	Transportar alunos	Aju-S. Luiz	180,28
GILMAR BARROS DA SILVA	Transportar alunos	Aju-S. Luiz	180,28
CÁSSIA M. M. SILVA FARO	Apresentação de Tema	Aju-S. Paulo	361,39
JOSÉ FRANCISCO NASCIMENTO	Transp. professores	Aju-Xingó	63,64
CARLOS HENRIQUE A. BARROS	Transp. professores	Aju-B. Coqueiros	21,21
ELÁDIO DOS SANTOS	Realizar coleta mat. científico	Aju-S. Luzia	12,93
MARIA STELA T. ROLLEMBERG	Enc. Pró-Reitores	Aju-Salvador	218,87
JOSÉ MARIA LOPES LYRA	Transp. professores	Aju-Salvador	59,40
NEILSON SANTOS MENEZES	Partic. Enc. Geógrafos	Aju-S. Paulo	598,72
ERMINDA DA CONCEIÇÃO COUTO	Realizar col. material científico	Aju-B. Coqueiros	12,93
PAULO ALMEIDA MACHADO	Reunião de Procuradores	Aju-Maranhão	297,27
VILMA M. T. MENDES	Coleta de material científico	Aju-B. Coqueiros	12,93
ELÁDIO DOS SANTOS	Coleta de material científico	Aju-Crasto	38,79
JOSÉ DOS ANJOS FILHO	Transportar professores	Aju-P. das Galinhas	148,50
MARIA HELENA ZUCON	Partic. XIV Cong. Bras. Paleontologia	Aju-Umbauba	269,77
AFONSO LIGÓRIO O. SILVA	Viagem fazenda Pirangi	Aju-Capela	25,86
EMMANUEL PRADO FILHO	Viagem fazenda Pirangi	Aju-Capela	25,86
GILMAR BARROS DA SILVA	Transportar técnicos	Aju-Pacatuba	21,21
CARLOS HENRIQUE A. BARROS	Transportar técnicos	Aju-Capela	12,93
JOSÉ FRANCISCO NASCIMENTO	Transportar técnicos	Aju-Capela	12,93
SIMIÃO SOARES S. SANTO	Transportar técnicos	Aju-D. Pastora	21,21
JOÃO BOSCO GOMES	Transportar técnicos	Aju-D. Pastora	21,21
JOÃO BOSCO GOMES	Transportar técnicos	Aju-Pirambu	21,21
JOÃO BOSCO GOMES	Transportar técnicos	Aju-Pirambu	21,21
LINETE AMORIM SANTOS	Participar do 8º SEMPE	Aju-S. Paulo	269,77
LUIZ HERMÍNIO A. OLIVEIRA	Part. XIV Reunião ANDIFES	Aju-S. Luiz	348,30
VERA LÚCIA A. FRANÇA	Participar Julg. bolsa I Cientif.	Aju-Maceió	167,97
CATARINA ZITA D. ARAÚJO	Participar Julg. bolsa I Cientif.	Aju-Maceió	167,97
ANDRÉ MAURÍCIO C. SOUZA	Participar Julg. bolsa I Cientif.	Aju-Maceió	167,97
JOSÉ DALTRIO FILHO	Participar Julg. bolsa I Cientif.	Aju-Maceió	167,97
MARCOS ANTÔNIO DA SILVA	47ª Reunião Anual da SBPC	Aju-S. Luiz	285,04
CLÓVIS ROBERTO P. FRANCO	Tratar assuntos relativos intercambio UFS/URI	Aju-Washington	768,72
MAURÍCIO MARTINES SALES	Apresentar trabalhos	Aju-R. Janeiro	361,39
DEMOSTENES A. C. JÚNIOR	Apresentar trabalhos	Aju-R. Janeiro	361,39
WASHINGTON LUIZ BRITO	Apresentar trabalhos	Aju-Pacatuba	84,86
AFONSO LIGÓRIO O. SILVA	Viagem Fazenda Pirangi	Aju-Capela	25,86
COSME ASSIS	Coleta material científico		12,93
DAMIÃO ASSIS	Coleta material científico		12,93
EMMANUEL FRANCO FILHO	Viagem a Pirangi	Aju-Capela	25,86
VERONALDO SOUZA OLIVEIRA	Coordenar o Prog. pec. Fazenda	Aju-Capela	12,93
PAULO HEIMAR SOUTO	Reunião Anual da SBPC	Aju-S. Luiz	285,04
ELÁDIO DOS SANTOS	Realizar viagem col. mat. cient.	Aju	25,86
LUIZ AVELAR R. SEIXAS	Constatar rep. Assent. Rurais	Aju-Japaratuba	63,65
MARIA NILMA GOIS FONSECA	Partic. 10ª Cong. Leitura	Aju-S. Paulo	371,57
LUIZ HERMÍNIO AGUIAR OLIVEIRA	Tratar assuntos da UFS	Aju-BSB	399,55
CLARA RAISSA F. R. LOPES	Participação trabalho II Enc. Genética do Nordeste	Aju	231,66
RONALD VIEIRA DONALD	Rep. enc. Construção Civil	Aju-Rio	325,76
JOSÉ WELLINGTON COSTA	Participar seminário	Aju-Recife	254,50
MARIA AUGUSTA M. VARGAS	Ministrar curso	Aju	269,77
AYDA VARA ALCÂNTARA	Reunião de trabalho	Aju-Maceió	167,97
VÂNIA FONSECA	Reunião de Trabalho	Aju-Maceió	167,97
MARIA TERESA SOUZA CRUZ	Encontro de pró-reitores		254,52

JORNAL DA MANHÃ - PÁG. 03
SÁBADO, 02.12.95

Déda registra na Câmara movimento dos "sem-terra"

O deputado Marcelo Déda (PT) registrou em discurso na Câmara dos Deputados, o movimento dos trabalhadores sem-terra de Sergipe, que, nos últimos dias, ocuparam as terras da Usina Santa Clara, em Capela, reivindicando a desapropriação da área para fins de assentamento de colonos do programa de reforma agrária no Estado.

Segundo o deputado, "os trabalhadores, estão pressionando, através de meios que dispõem, para afastar os obstáculos que têm sido artificialmente criados pelos inimigos da reforma agrária, com o objetivo de inviabilizar a desapropriação da área".

Déda registrou em seu pronunciamento, ter testemunhado, na segunda-feira passada, em Capela, juntamente com o superintendente do Incra em Sergipe, João Bosco de Andrade, e a prefeita do município Léa Sobral, uma assembléia de mais de mil trabalhadores, que reivindicavam maior agilidade do governo no processo de reforma agrária no Estado.



Déda defende "sem-terra"

GAZETA DE SERGIPE - PÁG. 02
3ª FEIRA - 05.12.95

GAZETA DE SERGIPE

INFORME GS

Questões agrárias

O governador Albano Franco recebeu ontem, na secretaria da Agricultura, representantes dos trabalhadores sem-terra de Sergipe. Eles pediram ao governador que seja dada uma solução rápida para os conflitos gerados pela ocupação das terras da Usina Santa Clara, no município de Capela, e da fazenda Riachão, em Salgado, onde se encontram acampadas cerca de 1.350 famílias.

O governador prometeu dar todo apoio político necessário a desapropriação das duas áreas, consideradas improdutivas pelo Incra.

Os representantes dos sem-terra, por seu lado, comprometeram-se a desocupar a fazenda Riachão, cujo proprietário obteve na justiça mandado de reintegração de posse. Eles pediram também, ao governador Albano Franco, assistência médica e ajuda em alimentos para os acampados.

O secretário da Agricultura, Jorge Araújo, e o vigário de Japarutuba, padre Geraldo também participaram da audiência.

XXXXXX

CINFORM - MA 17.12.95

DÉDA E OS SEM-TERRA

O deputado federal Marcelo Déda, PT, fez discurso na Câmara defendendo os sem-terra de Sergipe, que estão reivindicando do Governo maior agilidade no processo de reforma agrária. Há duas novas ocupações de terra em Sergipe recentemente: a da Usina Santa Clara, em Capela, e da Fazenda Riachão, em Salgado. Déda pediu a desapropriação dessas duas áreas consideradas improdutivas pelo Incra e onde podem ser assentadas mais de mil famílias.

SUGESTÕES

O presidente nacional do PT, José Dirceu, divulgou nesta quarta-feira as emendas do partido ao projeto de reforma agrária enviado ao Governo da FHC. Para o PT, a reforma quer realizar o anexo do Governo, mas só com a demissão de funcionários.

Arg.: CABOTAGEM

Quinta-feira, 14 de novembro de 1996

DEPUTADO EDUARDO MASCARENHAS
CÂMARA DOS DEPUTADOS
INTELO DE CABINETE 279
70159-9700 O GLOBO
BRASÍLIA - DF

Negociar, sim; entregar, não

JOSÉ SARNEY

O presidente Fernando Henrique insistiu, em Santiago, na tese da necessidade de reformar o Estado. Mas, com propriedade, ressaltou que jamais poderemos deixar de ter nele o harmonizador dos conflitos que fazem parte de uma sociedade democrática. Eu quero insistir que o problema da reforma do Estado não é quantitativo, mas qualitativo.

Hoje, já se sabe que essa história de abrir as economias sem salvaguardas é coisa de anjo. O mercado não resolve tudo e muito menos os problemas sociais. Então, o princípio da reciprocidade na globalização é o caminho correto. O Brasil foi mais realista do que o rei. Entrou na onda do neoliberalismo e entregou tudo, sem nada pedir ou ganhar de volta. Demos o acordo aéreo, o acordo de cinema, a lei de patentes, a de *software*, e fizemos muitas outras concessões. Agora, está em andamento mais uma.

O Executivo encaminhou uma lei sobre transporte marítimo, abrindo a cabotagem aos navios estrangeiros. Ora, isso é um absurdo e destrói o resto que existe de nossa marinha mercante. Os Estados Unidos, agora mesmo, na Organização Mundial do Comércio, firmaram a posição de não abrir mão de sua cabotagem,

e o acordo de transporte marítimo foi adiado para o ano 2001. Bill Clinton sancionou uma lei dando US\$ 1 bilhão (!) de subsídio às empresas americanas de navegação. A Comunidade Européia decidiu que, para construção de navios, devia-se manter um subsídio de 9% para todo o Oeste europeu e 34% para o Leste alemão, onde ainda permitiu uma depreciação de 40% no primeiro ano do financiamento, o que significa mais um importante incentivo. E o Brasil? Quer fazer o contrário, agredindo seus próprios interesses.

O neoliberalismo não pode ser selvagem e fazer no Brasil aquilo que os grandes países não fizeram. Será que a nossa posição é tão confortável? Acredito que não. O ministro da Fazenda diz que é preocupante o déficit na nossa balança de comércio exterior, de R\$ 4 bilhões. Na nossa conta de serviços, o déficit é ainda maior, US\$ 14,1 bilhões, composto de juros, turismo, fretes?!... No transporte marítimo, os navios estrangeiros transportam 95% da carga, com um faturamento de aproximadamente US\$ 6 bilhões anuais. Assim, nós importamos essa quantia e exportamos apenas US\$ 500 milhões por ano. Mas como explicar que o país quer, neste momento, abrir sua cabotagem e revogar a reserva de carga para bandeira brasileira, se no déficit de

serviços o transporte marítimo pesa com quase a metade?

Quando presidente, sancionei as leis 2.404/87 e 2.414/87, chamadas leis da construção naval. Os armadores passaram a avalizar o financiamento de navios, abri a conferência de fretes, que era fechada, e autorizei novas empresas a funcionar no longo curso, acabando com o quase monopólio, e o resultado é que, hoje, existem mais de 30 no setor. Acabou a diferenciação entre empresa estrangeira e empresa nacional. Quem quer que seja pode vir aqui e se estabelecer.

Não há, portanto, monopólio a ser quebrado. Mais aberto que o Brasil não existe.

O que existe é que a empresa formada aqui, como as nacionais, não consegue competir com as bandeiras estrangeiras, porque nossos custos são de 30% a 40% superiores. Ano passado o decréscimo da frota nacional foi de 20%!... O problema não é dos nossos armadores, mas da situação dos nossos portos. A solução? Acabar com o transporte marítimo nacional? Isso é um crime. Além de prestígio, cada dólar de frete que ganhamos va-

le dois ao

ro. Esse sel de US\$ 5,5 viços, est pação (na de 5%. O acabou co nha tem

Não vejo como possa o Brasil fazer mais uma concessão unilateral

mão-de-oc porto, de o caminho

Então, n possa o Br unilateral, país sem e ta de um economia

Entregar, não

te marítimo foi Bill Clinton sancionando o projeto de lei de 1 bilhão (!) de dólares para a construção de navios, de 9% para o Leste e 12% para o Oeste. Isso é uma depressão para o ano do financeiro. Quer fazer o próprio inte-

de ser selvagem que os grandes que a nossa Acredito que da diz que é nossa balança 4 bilhões. Na déficit é ainda posto de transporte mais os transportes 6 bilhões. Temos essa as US\$ 500 explicar que a carga pa- déficit de

serviços o transporte marítimo pesa com quase a metade?

Quando presidente, sancionei as leis 2.404/87 e 2.414/87, chamadas leis da construção naval. Os armadores passaram a avaliar o financiamento de navios, abriu a conferência de fretes, que era fechada, e autorizei novas empresas a funcionar no longo curso, acabando com o quase monopólio, e o resultado é que, hoje, existem mais de 30 no setor. Acabou a diferenciação entre empresa estrangeira e empresa nacional. Quem quer que seja pode vir aqui e se estabelecer.

Não há, portanto, monopólio a ser quebrado. Mais aberto que o Brasil não existe.

O que existe é que a empresa formada aqui, como as nacionais, não consegue competir com as bandeiras estrangeiras, porque nossos custos são de 30% a 40% superiores. Ano passado o decréscimo da frota nacional foi de 20%. O problema não é dos nossos armadores, mas da situação dos nossos portos. A solução? Acabar com o transporte marítimo nacional? Isso é um crime. Além de prestígio, cada dólar de frete que ganhamos va-

le dois ao substituir o do frete estrangeiro.

Esse setor, que contribui com o déficit de US\$ 5,5 bilhões em nossa conta de serviços, está destrozado. A nossa participação (nacional), que era de 25%, é, hoje, de 5%. O Collor revogou a equalização e acabou com a indústria naval. A Alemanha tem 130 navios em construção. O

Brasil, zero. Votamos uma lei de portos, com um esforço grande e muita luta contra os corporativismos, achando que eles iam melhorar. Não aconteceu. Os portos públicos aumentaram os custos em 35%. Na Argentina, para carregar um contêiner, cobra-se US\$ 150; no Brasil, US\$ 500! Criaram, coisas de nossa terra, em decorrência da última lei, que era para melhorar, uma taxa "de gestor de

mão-de-obra", que vai, dependendo do porto, de 3% a 5%. Como competir? Mas o caminho não é entregar.

Então, não vejo como, neste instante, possa o Brasil fazer mais uma concessão unilateral, assumir essa situação de um país sem estratégia e entregar o que resta de um dos setores mais essenciais à economia nacional. Não nos esqueçamos

de que, quando falamos em comércio internacional, 97% dele são transportados por via marítima.

Ainda bem que a lei que está no Congresso tem como relator um homem que conhece esse problema, o deputado José Carlos Aleluia, e sabe que não pode fazer essas mudanças antes que a própria OMC as faça. Perderemos o poder-barganha no futuro em nossas negociações e entramos na lista dos bobos.

Um ponto que deve ficar claro e no qual nenhuma concessão pode ser feita é o princípio da reciprocidade. Isso deve ficar bem claro e explícito, não somente neste caso, mas em todas as negociações que tenhamos de participar. Infelizmente, nós não temos seguido esse princípio. Como dar aos outros países aquilo que eles não nos dão?

O problema é entrar firme na questão dos portos e dar condições a termos armadores competitivos e não acabar com essa atividade no Brasil que, agindo assim, passa cada vez mais a perder aquela visão que Rio Branco sintetizou num pensamento: "O Brasil cada vez mais será chamado a ter presença internacional a ter posição de liderança."

Nós não cabemos nessa roupa de satélite.

JOSÉ SARNEY é presidente do Senado.

**Não vejo como
possa o Brasil
fazer mais uma
concessão
unilateral**

A história do "e"

Planalto perde na reforma da Previdência e tenta se recuperar apoiado numa vogal

A reforma da Previdência passou por dois momentos de pândega na semana passada durante a votação de algumas de suas disposições na Câmara dos Deputados. O primeiro foi obra do ex-ministro do Planejamento e deputado Antonio Kandir, notório defensor de uma reforma de alto a baixo no sistema de aposentadorias do país. No momento de votar, Kandir atrapalhou-se com os três botões que existem para que o deputado diga sim, não ou se abstenha de votar. Kandir errou de botão e apertou o de "abstenção". O assunto em votação, que definia a idade mínima para aposentadoria de 60 anos para homens e 55 para mulheres, acabou rejeitado por apenas 1 voto, configurando-se uma derrota do governo. Para aprovar a idade mínima, seriam necessários 308 votos, mas o governo só conseguiu 307. Perdeu devido ao voto errado de Kandir. O ex-ministro afirma que se enganou, chegou a chorar à noite de tristeza, mas consolou-se no dia seguinte, quando veio a público a versão de que, na verdade, a idade mínima não tinha sido rejeitada pelo plenário

da Câmara. Foi a vez da segunda pândega da reforma da Previdência — a pândega do "e".

A equipe jurídica do Planalto descobriu que, por causa de um "e" embutido na redação final da reforma, a idade mínima, no fundo, teria aumentado. Em vez dos 60 e 55 anos da proposta, a redação final, graças à discreta mas insofismável presença do "e", conectava dois incisos da Constituição, fixando a idade mínima em 65 anos para homens e 60 anos para mulheres — cinco anos a mais. A descoberta gerou uma discussão jurídica, pode acabar no Supremo Tribunal Federal, mas os especialistas acham que não passa de marola. O tal "e" liga duas alternativas excludentes na atual Constituição, que diz: os homens se aposentam com 35 anos de contribuição à Previdência ou, caso não comprovem esse tempo de pagamento, se aposentam com 65 anos, de idade. Com o "e", as duas alternativas ficaram associadas e, ao pé da letra, será preciso atender a ambas as condições para se aposentar. "É chicana jurídica, mas pode render alguma polêmica, sim", diz um ministro do Supremo.

A fixação de uma idade mínima para a aposentadoria era um dos aspectos centrais da reforma, embora não tenha impacto financeiro imediato. É importante porque a Previdência, se não mudar, não tem salvação. Atualmente, ela arrecada pouco mais de 3 bilhões de reais por mês com as contribuições dos que trabalham e gasta quase 4 bilhões com 17,7 milhões de pessoas aposentadas. Como a conta não fecha, algo terá de ser feito. Hoje os brasileiros se aposentam, em média, com 54 anos. Passariam para 60, o que daria, no futuro, um alívio para o caixa da Previdência. Nesta semana, o Congresso votará dois outros pontos essenciais: a mudança da aposentadoria por tempo de serviço para aposentadoria por tempo de contribuição e, também, as regras de transição do sistema antigo para o novo. Só com as regras de transição a Previdência poupará 1,2 bilhão por ano. A aposentadoria, conquista recente da humanidade e de apenas 75 anos no Brasil, é problema no mundo todo, pois as pessoas estão vivendo mais tempo, o que sobrecarrega o caixa. Há países que se anteciparam ao problema. Os Estados Unidos estão reformando sua previdência para evitar um déficit em 2020. No Brasil, o rombo já veio e nem assim a reforma sai. Neste ano, o rombo será de 8 bilhões.

Leonel Rocha

A oposição festeja sua vitória: algo terá de ser feito agora ou no futuro



O PAÍS

Distantes dos desejos do Planalto

Pesquisa entre parlamentares aponta dificuldades no relacionamento da Câmara com presidente

Rafaelo Lago

BRASÍLIA

O presidente Fernando Henrique Cardoso deve se preparar para enfrentar dificuldades no seu relacionamento com a Câmara nesta legislatura. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (Ibep) demonstra que não deve haver a mesma boa-vontade com o Governo demonstrada pelos deputados até agora. Segundo a pesquisa — a primeira realizada com os parlamentares eleitos no ano passado — eles parecem dispostos a se agredir do relativo enfraquecimento do presidente, provocado pela crise econômica, para ter maior peso nas decisões. O Ibep ouviu 370 deputados (72% do total); em março, e O GLOBO publica com exclusividade a pesquisa.

Apesar da ampla maioria governista na Câmara, os deputados não se mostram satisfeitos com o Governo federal. Apenas 40% consideram, somados, "muito bom" e "bom" o desempenho do presidente. Cinquenta e seis por cento dividem-se entre "regular" (30%), "ruim" (13%) e "péssimo" (12%) ao avaliar o desempenho do presidente. E, no caso, o "regular" significa uma certa neutralidade em relação ao Governo, o que não é garantia de apoio automático a seus projetos. Mesmo nos partidos da base, há parlamentares que desaprovam o Governo. O PSDB é o partido mais fiel: 70% dos seus deputados consideram o Governo "bom" e "muito bom". No PFL, são 60%. Na base, o mais infiel é o PMDB, onde Fernando Henrique é aprovado por apenas 45%.

Entre os deputados da "elite parlamentar", desaprova o FH é maior. A situação se agrava quando se analisam as respostas dos deputados da chamada "elite parlamentar" da Câmara.

O QUE PENSAM OS DEPUTADOS SOBRE O GOVERNO E A CONJUNTURA NACIONAL

A ELITE DO CONGRESSO SEGUNDO A CÂMARA DOS DEPUTADOS

A ELITE DA CÂMARA

MICHEL TEMER	INOCÊNCIO DE OLIVEIRA	JOSÉ GOMIDE	GEORGE HEHR LIMA	ARNALDO MACHADO	DELFIN NETTO	MÁRIO TEIXEIRA
						
PMDB-SP 136 citações (50%)	PTL-PE 177 citações (48%)	PT-SP 137 citações (37%)	PMDB-BA 14 citações (33%)	PSDB-SP 48 citações (53%)	PPB-SP 48 citações (53%)	PST-RI 40 citações (11%)
Marcelo Della (PT-CE)	29 citações (7%)	Paulo Pires (PT-RJ), Gerson Pinheiro (PPB-PA) e Roberto Jefferson (PTB-RJ)	7 citações (2%)	Wenigton Eduardo Alves (PMDB-RN), Ruy Lopes (PFL-RN), Milton Iunes (PT-RS), Germano Riquetti (PMDB-RS), Sérgio Miranda (PCdoB-MG), Jandira Feghali (PCdoB-RJ), Raydio Nunes Ferreira (PSDB-SP), Aldo Rebelo (PCdoB-SP), Jacques Wagner (PT-BA) e Waldemir Costa Neto (PL-SP)	4 citações (11%)	
João Demas (PT-SP) e Herculano Farias (PFL-PI)	22 citações (6%)					
Alcides Mercadante (PS-SP)	18 citações (5%)					
João Carlos Aleixo (PFL-BA)	15 citações (4%)					
Osvaldo Leda (PPB-MG)	11 citações (3%)					
Márcio Fortes (PSDB-RJ) e Herculano Lima (PCdoB-BA)	8 citações (2%)					

A ELITE DO SENADO

ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES	EDUARDO SUPLICY	JACOB BARBILHO	JOSÉ SARNEY	PEDRO SIMON	Sérgio Machado (PSDB-GO), Jorge Bartholomeu (PFL-SC) e Ivo Bevilacqua (PMDB-GO)	8 citações (2%)
					Renney Ibell (PMDB-MG)	7 citações (2%)
PFL-BA 207 citações (54%)	PT-SP 58 citações (16%)	PMDB-PA 44 citações (12%)	PMDB-AP 13 citações (9%)	PMDB-RJ 13 citações (9%)	Marta Silva (PT-AC), José Roberto Arruda (PSDB-DF), José Eduardo Dutra (PT-SE), Hugo Napoleão (PPB-PI), Eduardo Siqueira Campos (PFL-RJ), Roberto Rezende (PMDB-RJ) e Edison Lobão (PFL-MA)	4 citações (1%)
					Roberto Franco (PPB-PE) e Raimundo Teófilo (PL-SP)	3 citações (1%)

CONCESSÕES DO GOVERNO À OPosição

NECESSÁRIO

AVULSAÇÃO DO DESEMPENHO DE FH

FH NA CRISE



Entre os deputados da "elite parlamentar", o desagrado do FH é maior.

A situação se agrava quando se analisam as respostas dos deputados da chamada "elite parlamentar" da Câmara, que se mostra ainda mais crítica. Tomando-se o conjunto da Câmara, o Governo é "ruim" (13%) e "péssimo" (12%) apenas para 25% de seus integrantes. Considerada só a elite da Câmara, a soma dos que assim classificaram o desempenho do presidente vai a 45%.

Foram os deputados que elegeram a sua elite. Deve-se, portanto, imaginar que as posições dessa elite influenciarão a ação dos demais — diz o cientista político Walder de Góes, presidente do IUPERJ.

Os deputados são ainda mais críticos quanto à atuação de Fernando Henrique durante a crise econômica. Sua atuação foi "boa" ou "muito boa" apenas para 26%, embora eles aproveiem o acordo com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e 51% disseram concordar com seus termos. O presidente, porém, deve esperar pressões contra a política econômica. A grande maioria dos deputados (88%) quer a volta do crescimento econômico, e acha que ele pode ser concluído com o combate à inflação. E se colocam, embora com margem pequena, contra a privatização da Petrobras ou do Banco do Brasil. São contrários à ideia 54%, mas 39%, concentrados no PFL e no PPB, a apoiam.

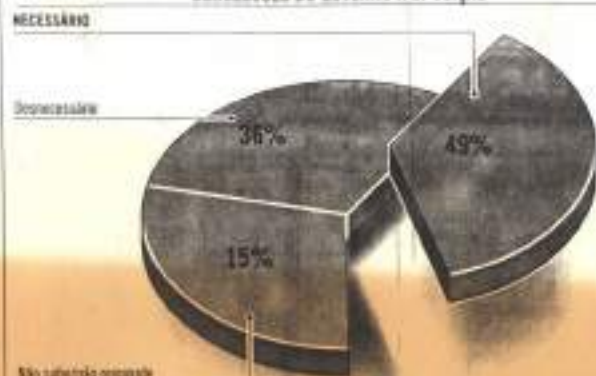
Os deputados também pregam mudanças na relação entre Governo e oposição. Com o aprofundamento da crise, entendem que o Governo deve fazer concessões à oposição para evitar questionamentos que agravem a situação econômica. Para 49%, as concessões são necessárias agora. Achar também que o Governo deve ceder na negociação das dívidas dos estados. A renegociação da dívida é a primeira opção (36%) para enfrentar a crise federativa. A segunda (para 27%) é "o Governo fazer concessões em outro campo". Mas a maioria do governador Itamar Franco é desaprovada pela maioria: 64%.

FH não consegue impor suas prioridades na agenda da Câmara

A pesquisa demonstra também que os deputados não estão muito interessados nas temas que o Governo elegu como prioridades. Só 11% consideram ter "alto conhecimento" sobre a reforma tributária em discussão. O nível "razoável" foi indicado por 56%; 22% confessaram ter "baixo" entendimento.

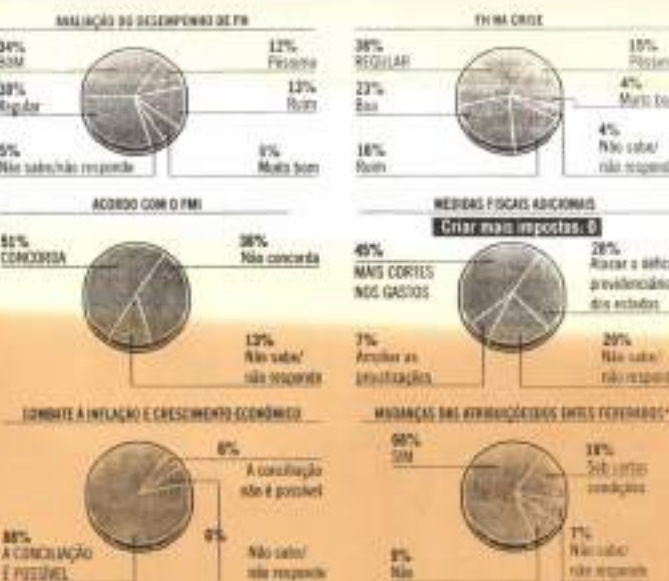
— Há um certo distanciamento entre a posição dos parlamentares e a agenda do Executivo. Os deputados parecem sensíveis com relação à crise, preocupados com a possibilidade de serem identificados com o desemprego e os problemas na relação do Governo com os estados. O primeiro exemplo de que o Congresso quer uma agenda diferente da de Fernando Henrique é que o Governo quer priorizar a reforma política para evitar a tributária, e não conseguiu — disse Walder.

CONCESSÕES DO GOVERNO À OPosição



NÍVEL DE INFORMAÇÃO SOBRE REFORMA TRIBUTÁRIA		MERECER DE MENOS DINHEIRO		O GOV. PRO FEDERAL E A DÍVIDA DOS ESTADOS		CONHECIMENTO SOBRE A LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL	
Alto	11%	Muito correta	8%	Recusar qualquer negociação	9%	Alto	7%
Razoável	56%	Correta	21%	Fazer alguma concessão em outro campo	27%	Razoável	43%
Baixo	22%	Pouco correta	23%	Fazer alguma concessão em relação à própria questão das dívidas	21%	Baixo	35%
Muito baixo	4%	Totalmente incorreta	41%	Renegociar as dívidas novamente	36%	Muito baixo	6%
Não sabe/não responde	7%	Não sabe/não responde	7%	Não sabe/não responde	7%	Não sabe/não responde	9%

Fonte: Instituto Brasileiro de Estudos Políticos (IUPERJ). Pesquisa com 317 deputados (177% da Câmara).



* As atribuições que cabem à União, aos estados e aos municípios na Federação.

ACM é escolhido o parlamentar mais influente

Na pesquisa sobre quem compõe elite do Congresso, deputado Michel Temer lidera na Câmara

• **BRASILEIRO** mais influente e poderoso parlamentar do Congresso, na opinião dos integrantes da Câmara, é o presidente do Senado, Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA). Na pesquisa, o IUPERJ pediu aos deputados que elegessem, na Câmara e no Senado, os parlamentares que formariam a "elite parlamentar". Antônio Carlos recebeu 307 citações e foi lembrado para encabeçar a elite do Senado por 56% dos deputados.

O presidente da Câmara, Michel Temer (PMDB-SP), também lidera a elite na casa que preside, mas com menos força. No Senado, o segundo nome lembrado foi Eduardo Suplicy (PT-SP), mas apenas por 16% dos deputados. Na Câmara, os líderes do PFL, Inocêncio Oliveira (PE), e do PT, José Genoino (SP), aparecem próximos de Temer, que recebeu 186 indicações (58%). Inocêncio teve 177 indicações (48%) e Genoino 137 (37%).

Um dado curioso é que, apesar da maioria governista, é da oposição o maior número de nomes lembrados como membros da elite da Câmara. Aparecem na lista sete nomes do PT, quatro de PFL, PSDB, PMDB e PCdoB, três do PPB, e um de PDT, PTB e PL.

— Não houve induções. Os nomes foram lembrados pelos deputados. Isso talvez explique alguma coisa sobre a análise crítica do Governo e o sentimento de independência que se quer ter. Os deputados parecem agora querer ouvir a oposição — opina Walder de Góes.

Para ele, o fato de terem retomado à Câmara políticos de oposição influentes, como Aloizio Mercadante (PT-SP) e José Dirceu (PT-SP) deve também ser considerado. Eles são os únicos deputados escolhidos para a elite da Câmara que não foram reeleitos.

A pesquisa reforça a impressão do

Governo de que, se fosse mista, a CPI dos Bancos teria bem mais chances de cair no controle da oposição. No Senado, os governistas dominam amplamente a elite parlamentar, apesar do segundo lugar de Suplicy. Seis senadores do PFL e seis do PMDB estão entre os mencionados, o que ajuda a explicar também a facilidade com que Antônio Carlos e o presidente do PMDB, Jader Barbalho (PA), conseguiram instalar as CPIs do Judiciário e dos Bancos, apesar da oposição do Governo. O PSDB tem dois nomes na elite. E a oposição conta com apenas quatro senadores na lista: três do PT e o senador Roberto Freire (PPS-PE).

A lista dos eleitos pelos deputados também ajuda a entender as dificuldades do partido do presidente para fazer com que prevaleçam as suas ideias e a sua agenda para o Congresso. Para os

parlamentares, os tucanos não estão bem situados na elite do Congresso. Na Câmara, os deputados do PSDB na elite são quatro, o mesmo número de parlamentares dos outros dois principais partidos da base do Governo, PMDB e PFL. Mas os peemedebistas e petelistas aparecem mais bem situados na lista. Os dois primeiros tucanos — o líder do Governo na Câmara, Arnaldo Madeira (PSDB-SP), e o líder do PSDB, Aécio Neves — aparecem em quinto e sexto lugares, respectivamente. À sua frente, já aparecem um petelista e dois peemedebistas. No Senado, onde é maior o domínio dos governistas, a situação dos tucanos é ainda pior. Só dois aparecem na lista da elite. O primeiro deles, o líder do partido, Sérgio Machado (CE), está apenas em sexto lugar, atrás do petelista Antônio Carlos Magalhães e de três peemedebistas.

JORNAL DE BR

ANO 26 - Nº 8464

Quarta-feira

21 DE ABRIL DE 1999

Suspeita que levou procu casa de Chico Lopes é ch

10 x10 mais de Bras

Os homens e mulheres que fazem o perfil human



L DE BRASÍLIA

Quarta-feira

21 DE ABRIL DE 1999

R\$ 1,00

evou procuradores à Lopes é chave para CPI

ais de Brasília e fazem o perfil humano da cidade

Contradições entre os depoimentos de Mauch e Chico Lopes e até boatos de suicídio dominaram ontem a CPI dos Bancos no Senado

O relator da CPI, senador João Alberto, vai pedir hoje à juíza Ana Paula Vieira, da 6ª Vara da Justiça Federal, do Rio, mais informações sobre o episódio da busca e apreensão de documentos e objetos no apartamento do ex-presidente do Banco Central, em Copacabana, a partir de requerimento dos procuradores da República do Rio. Esse material, que se constitui um conjunto de peças isoladas e forma um quebra-cabeças, deve orientar as perguntas da CPI ao próprio Chico Lopes no seu depoimento de segunda-feira, no Senado. O relator da CPI também vai conversar com a juíza Ana Paula Vieira sobre os envelopes que foram encontrados lacrados e levados da casa de Chico Lopes e que os procuradores evitaram abrir para não invalidar as provas. Ontem à noite, a CPI distribuiu cópias do depoimento do ex-diretor de Fiscalização do BC, Cláudio Mauch, em que foram anotadas contradições com o depoimento de Chico Lopes, que atribuiu a Mauch a condução das negociações. Mauch, porém, alega que não tinha conhecimento





NOSSA CIDADE

Unesco adota judoca mirim

Duas judocas, separadas por uma diferença de 25 anos de idade, mas unidas pelo amor ao esporte — Patrícia de Melo, oito anos, e Sandra Feitosa, de 33 — protagonizaram uma história de solidariedade que terminou levando a Unesco a oferecer apoio para que a criança continue desenvolvendo a sua apti-

dão. Desempregados, os pais de Patrícia voltaram para Pernambuco e, por isso, a menina ficaria sem praticar o judô. Mas a professora Sandra foi buscar a aluna no Nordeste e ficou com a sua tutela. Ontem, a Unesco premiou a aluna com o título de "Desportista Mirim da Unesco para a Paz" e resolveu depositar na con-

ta da tutora R\$ 300 mensais, além de pagar as passagens de ônibus para os pais de Patrícia visitá-la quando a saudade apertar. A ajuda permanente da Unesco ainda será definida.

PÁGINA 4-B

RODRIGO LEDO

Repórter do JORNAL DE BRASÍLIA



Patrícia de Melo ganha a

Oferta do Dia
Park Way

Kombi STD
R\$ 16.690,

Park Way **234-9000**

COMO ASSINAR O JORNAL DE BRASÍLIA

(061) 319-2010

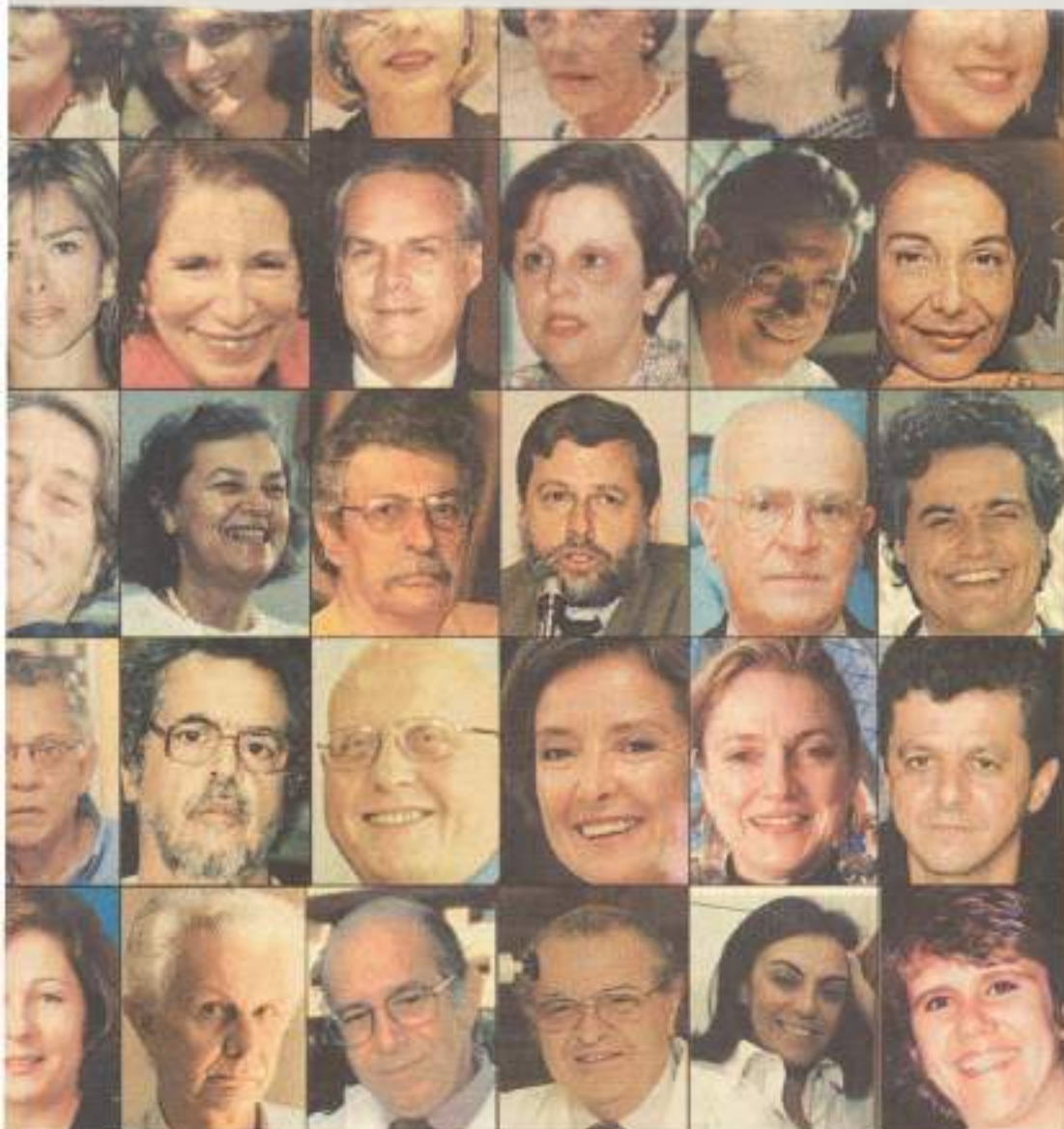
Comercial (061)319-2037 Classificados (061)319-2020

TEMPO

Umidade do ar
90% a 45%
Temperatura
Mínima 18° Máxima 28°

DÓLAR
Comercial
Paralelo

Hoje (2)



PÁGINAS 17 a 28-A

dos detalhes dessas negociações, lembrando que sua participação no episódio limitou-se a promover a fiscalização dos bancos em questão. Durante o dia, a CPI foi abalada por boatos de todo tipo, que chegaram a espalhar o suicídio de Chico Lopes. Advogados do ex-presidente do BC o aconselharam a recolher-se e evitar contatos com a imprensa, conforme disse ao **Jornal de Brasília** uma fonte da sua família.

Da mesma forma, líderes oposicionistas consideravam, sob protesto do relator da CPI, João Alberto, que as provas contra Chico Lopes atingem o Governo.

PÁGINAS 2 e 3-A

Dólar sobe, bolsas caem

Os reflexos da CPI dos Bancos chegaram ao mercado financeiro. Ontem, o dólar, que vinha se mantendo estável nos últimos dias, fechou em R\$ 1,73 para venda, contra R\$ 1,68 do dia anterior, uma elevação de 2,9%. As bolsas, que também mantinham um comportamento estável, com tendência de pequenas altas, começaram a apresentar quedas ainda na segunda-feira, quando a Bovespa fechou em baixa de 2,03%. Ontem, a queda foi de 1,85%, mas durante o dia a Ibovespa, o índice que mede o comportamento do pregão ao longo do dia na Bolsa de Valores de São Paulo, chegou a apresentar queda de até 4%. Analistas do mercado financeiro afirmam que tanto o câmbio quanto a Bovespa registraram o temor dos investidores de que as denúncias que estão surgindo na CPI dos bancos respinguem na equipe econômica ou na atual diretoria do Banco Central.

AGNALDO NOGUEIRA
Redator do JORNAL DE BRASÍLIA

mirim

tutora R\$ 300 mensais, de pagar as passagens de is para os pais de Patrícia la quando a saudade aperta ajuda permanente da co ainda será definida.

IA 4-B

IGO LEDO
do JORNAL DE BRASÍLIA



Patrícia de Melo ganha apoio da Unesco para continuar treinamentos

BRASÍLIA

010

(061)319-2020

TEMPO



Umidade do ar

90% a 45%

Temperatura

Mínima: 18° Máxima: 28°

ÍNDICES ECONÔMICOS

DOLAR	Compra	Venda	SALÁRIO MÍNIMO
Comercial	R\$ 1,7200	R\$ 1,7300	R\$ 130,00
Paralelo	R\$ 1,713	R\$ 1,753	UFIR
POUPANÇA			Abril/99 R\$ 0,9770
Hoje (21/4)		1,2567%	TR(19/4) TBF
			0,5613% 2,1502%

Paulo Octavio
1,2,3 e quatro quartos

Bornhausen na lista dos mais destacados

Paulo Roberto, filho do presidente nacional do PFL, ganha o status de estrela entre os estreantes

LUÍZA DAMÉ

Sucursal de Brasília

Depois de cinco meses de trabalho legislativo, 13 deputados federais entre os 217 eleitos pela primeira vez estão destacando-se na Câmara. Um deputado catarinense - Paulo Bornhausen



(PFL) e três gaúchos - Júlio Redecker (PPR), Jarbas Lima (PPR) e Yeda Crusius (PSDB) - integram a lista das estrelas de primeiro mandato. A seleção foi feita pelo cientista político Murilo Araújo do Instituto Anko Advice, que avaliou a atuação dos deputados e considerou a capacidade de articulação, desempenho nos debates e exposição nos meios de comunicação.

O levantamento tem duas divisões: os destaques de primeiro mandato e os experientes que voltaram ao parlamento. Na segunda categoria estão os deputados Almino Affonso (PSDB-SP), Arthur Virgílio Netto (PSDB-AM), Domingos Leonelli (PSDB-BA), Herá-

O sucessor



ROBERTO GUERARDINO DE
Paulo é a voz do pai, Jorge Bornhausen, na Câmara

clito Fortes (PFL-PI), Nelson Marchezan (PPR-RS) e Moreira Franco (PMDB-SP) - todos estavam afastados da Câmara há pelo menos quatro anos.

PROPORÇÃO - Proporcionalmente ao tamanho da bancada - 48 deputados -, o PPR é o partido que tem mais estrelas de primeiro mandato. Além de Jarbas Lima e Júlio Redecker, o paulista Welson Gasparini

(SP), ex-prefeito de Ribeirão Preto e coordenador da Frente Municipalista Parlamentar, integra a lista. O PMDB e o PSDB, cada um, também têm três representantes na seleção. Yeda Crusius, Antônio Kandir (SP) e Régis de Oliveira (SP) conseguem destaque entre os tucanos. A surpresa é Régis de Oliveira, pois Crusius e Kandir já tinham experiência de poder nos escalões

superiores, respectivamente, nos governos Itamar Franco e Fernando Collor. Yeda Crusius foi ministra do Planejamento de Itamar e Kandir foi secretário de Política Econômica do Ministério da Economia no governo Collor.

Apesar da crise de identidade do PMDB, os deputados Aloysio Nunes Ferreira, ex-vice-governador de São Paulo, José Pinotti, ex-secretário de Saúde de São Paulo, e Sandro Mabel (GO), vice-líder do partido, estão conseguindo destaque entre os calouros peemedebistas. Responsável pela articulação em plenário - a mesma função que projetou o deputado Germano Rigotto (PMDB-RS) -, Mabel é a única novidade. Ex-deputado estadual, Mabel atuou com habilidade nas negociações em torno do novo salário-mínimo.

MERCOSUL - No PFL, as novas estrelas são Bornhausen, vice-líder do partido, e presidente da Comissão Mista do Mercosul, e Lima Netto (RJ), relator da emenda que quebra o monopólio do petróleo. Na discreta bancada do PP, apenas o deputado Wigberto Tartuce (DF) conseguiu ocupar um espaço maior, presidindo a Comissão de Trabalho, até então reduto petista. Embora o PT tenha um elenco de aspirantes ao estrelato, somente o deputado Marcelo Deda (SE) sobressaiu entre os recém-eleitos.

Novas estrelas catarinenses e gaúchas

Paulo Bornhausen (PFL/SC)

Advogado e publicitário, filho do ex-ministro e presidente do PFL, Jorge Bornhausen. Nesses primeiros meses, confirmou as expectativas de que poderia vir a integrar a elite parlamentar do Congresso. Atuou com razoável destaque nas discussões sobre a emenda que quebra o monopólio das telecomunicações. Está tendo um bom desempenho na Comissão de Comunicação e preside a Comissão Mista do Mercosul.

Yeda Crusius (PMDB/RS)

Economista e professora, ex-ministra do Planejamento, entrou na chamada elite parlamentar pelo fato de ser potencial integrante da bancada dos economistas. Está conseguindo destaque nos debates preliminares à reforma tributária na Comissão de Finanças.

Jarbas Lima (PPR/RS)

Advogado e promotor público, está destacando-se pela presença firme e atuante nos debates da Comissão de Justiça. Por votar contra o governo na questão da divisão da emenda da Previdência Social, perdeu seu lugar na comissão, para em seguida ser reconduzido ao posto, consagrado pelos colegas. Tem potencial para se destacar ainda mais.

Júlio Redecker (PPR/RS)

Advogado e empresário do setor calçadista, suplente em exercício, extremamente atuante e bem articulado, é destaque do PPR entre os deputados da nova safra. Nesses primeiros meses, tornou-se um dos deputados mais conhecidos do Congresso. Integra a poderosa bancada calçadista, além de presidir a Subcomissão do Comércio Exterior e participar da Comissão Mista do Mercosul.

Novos-experientes

Nelson Marchezan (PPR/RS)

Advogado, ex-deputado federal, ex-presidente da Câmara, ex-líder do PDS no início dos anos 80. Foi secretário Nacional de Telecomunicações do governo Collor. Volta à Câmara dos Deputados para seu quarto mandato após ficar afastado nove anos. Bastante atuante, participou ativamente dos debates em torno da emenda das telecomunicações. É um dos parlamentares mais importantes do seu partido.

S
d
h
a
n
A
l
u
u
r
i
t
ic
P

ci
cl
di
cã
vi
20
es
tr
va
pa
gi
po
qu
ais
qu
ad
tra
qu
me
ex

I
F
mi
Br
ân
re



os
rio
va
dis
cã
ma
se
col
vol
na
ma
na
pai
afu

(
me
mi
de
cat
cat
da
cor
mo

Opinião pública retirou apoio, diz governo

GILBERTO DIMENSTEIN

Director da Sucursal de
Brasília **GABRIELA WOLTERS**
Da Sucursal de Brasília

O governo decidiu desacelerar a tramitação da emenda que muda as regras da Previdência Social depois de concluir que perdeu o apoio da opinião pública e que precisa de tempo para reconquistá-lo.

Segundo a avaliação governista, a insistência no tema poderia prejudicar a aprovação de outros pontos da reforma, como a flexibilização dos monopólios das telecomunicações e do petróleo, consideradas prioritárias neste momento.

Para o governo, a oposição está conseguindo aglutinar manifestantes que, na sua maioria, são especificamente contra a reforma na Previdência.

Na prática, a oposição estaria aproveitando os atos contra as mudanças na Previdência para passar a idéia de que toda e qualquer manifestação é contra a reforma da Constituição.

Por isso, ao mesmo tempo em que retarda a tramitação da emenda da Previdência, o governo vai jogar todas as suas fichas na aprovação rápida da reforma do capítulo da Ordem Econômica da Constituição.

Mais debate

"O governo vai acelerar a Ordem Econômica, mas vai aprofundar o debate da Previdência, pois

OS ERROS DO GOVERNO SEGUNDO ELE PRÓPRIO

1 Excesso de otimismo

O governo considerou que a oposição não iria conseguir a adesão da opinião pública, como havia acontecido com a implantação do Plano Real.

2 Falta de comunicação

A omissão do governo na área de comunicação fez com que a oposição tivesse espaço para inundar a opinião pública com a sua versão sobre as reformas.

3 Dados na gaveta

O governo não divulga dados que contrariam as teses da oposição.

4 Reação equivocada

Quando percebeu que a oposição estava ganhando terreno, o governo se desesperou, enviando de uma só vez cinco ministros ao Congresso na terça-feira passada — a avalanche acabou tumultuando ainda mais o cenário.

5 Notícias ruins

Quando consegue se comunicar, na maioria das vezes o governo anuncia notícias ruins, como o novo corte no Orçamento da União para tentar zerar o déficit. O governo não mostrou os projetos de desenvolvimento que foram preservados.

entende que esta área envolve interesses coletivos que têm de ser mais bem esclarecidos", afirmou ontem o ministro das Comunicações, Sérgio Motta.

"O governo está errando muito na comunicação, é um desastre", sintetizou o ministro em conversa com a prefeita de Salvador, Lídice da Matta (PSDB), ontem, na sede do PSDB em Brasília.

O ministro da Previdência, Reinhold Stephanes, concorda com a avaliação.

Motta, Stephanes e assessores de FHC no Palácio do Planalto consideram que a oposição conseguiu convencer grande parte dos

aposentados de que a reforma na Previdência vai prejudicá-los.

"Me entristece ver nas manifestações senhores de idade enganados por lideranças, achando que irão perder seus direitos adquiridos", disse ontem Motta.

Mas ele próprio completa: "Mesmo que haja má-fé da oposição, é um erro do governo não esclarecer o conteúdo de suas propostas".

Segundo o ministro, o governo dispõe de dados que derrubam as teses da oposição. "Na Previdência, existem 14 milhões de aposentados — 11 milhões terão seus direitos garantidos, mas ninguém

explica isso", disse o ministro. "O resto são pequenos interesses corporativistas".

Lentidão

Ao pregar uma tramitação mais lenta da emenda da Previdência, o governo coloca em ação uma antiga prática militar: reconhece que perdeu a primeira batalha e recua para não perder a guerra.

A estratégia agora é ganhar tempo para tentar reverter o quadro. Os ministros envolvidos na reforma já receberam a missão de ocupar ao máximo os meios de comunicação para explicar o conteúdo das propostas diretamente à sociedade.

Motta é contra a idéia defendida pelo secretário de Comunicação, Roberto Mulyaert, de realizar uma campanha publicitária para defender a reforma.

Desânimo

Segundo afirmou Mulyaert à **Folha** no último domingo, a campanha seria patrocinada pelo Banco do Brasil e pelo Ministério da Previdência.

"Sou contra a campanha publicitária, e, se ela for feita, será com verbas da Presidência da República", disse, taxativo, o ministro.

Mulyaert, por sua vez, já confidencia a assessores que está "desanimado".

Segundo ele, sua missão não é cuidar da imagem do governo e, sim, elaborar uma política de comunicação, como o projeto de educação à distância.



Preocupações e saídas

Em relação ao número de contribuintes, o economista Dêrcio Garcia Munhoz disse que é preocupante a comprovação de que vem se mantendo praticamente inalterada, ao longo do tempo, a taxa de evasão que afeta a Previdência, gerada por "não registro" de empregados, e isto a despeito da crescente urbanização do País: 50% da população total ocupada não contribui para qualquer sistema de previdência.

Um crescimento da ordem de 2,6% ao ano no número de contribuintes da Previdência pode ser considerado normal, já que, a despeito da precariedade dos dados disponíveis para o levantamento de estimativas precisas, permite concluir não haver maiores discrepâncias com as taxas de crescimento populacional de duas décadas passadas. O que é preocupante, porém, é que para um país onde cerca de 40% dos empregados não tem registro no emprego, a manutenção de velocidades próximas entre o crescimento da população que chega ao mercado de trabalho, e o número de contribuintes previdenciários, atesta que a percentagem de evasão tem permanecido aproximadamente constante ao longo do tempo.

Segundo o economista, ou o governo não atentou para a gravidade da questão, inclusive porque a falta de registro transforma trabalhadores em "meio-cidadãos", ou, então, não teve sensibilidade para criar condições realistas que viabilizassem a normalidade dos registros profissionais. Conclui-se, portanto, que é imperioso aumentar a propensão de trabalhadores com registro, a fim de que a Previdência possa ampliar o universo de contribuintes.

De acordo com Dêrcio Munhoz, que integra o Departamento de Economia da Universidade de Brasília, aparentemente isso dependeria de que se visse a adotar regras especiais em favor dos contribuintes potenciais mais frágeis, pois nada é mais discriminatório do que tratar desiguais como iguais. Uma hipótese a considerar para esses casos, que incluem pequenas empresas, seria, além de alíquotas previdenciárias patronais com alguma redução e contribuição com alíquotas simples sobre as retiradas de sócios, também, a exclusão das chamadas "contribuições em favor de terceiros". Munhoz acrescenta que a incorporação, ainda que parcial dos "arradios" traria ganhos para a Previdência, e não provocaria perdas de receitas para as demais entidades, pois as evidências confirmam a existência de dificuldades para a universalização dos registros caso seja mantido o atual nível de exigências contributivas.

Para o economista, dever-se-ia analisar, por outro lado, a possibilidade e implicações da incorporação compulsória, como contribuintes da Previdência Social, e dentro das regras de relativa flexibilidade adotadas para os autônomos, de todos aqueles que desempenhem atividades remuneradas, e que não se encontrem legalmente sujeitos a contribuições para outros sistemas previdenciários oficiais. Consideradas as possibilidades de ampliação no número de novos contribuintes tem-se que um programa voltado para tal objetivo poderia elevar a relação contribuintes/inativos do subsistema urbano para algo como 5/1, ainda que excluída da população ocupada pessoas sem remuneração (8,5%), e admitida uma incorporação apenas parcial (75%) dos evadidos.





Muitas alterações ao longo do tempo

A Previdência Social brasileira constituiu-se num sistema que vem atravessando, ao longo do tempo, diferentes fases, marcadas por mudanças voltadas para o objetivo comum de reduzir as iniquidades no tocante ao acesso aos benefícios. Consequentemente, as sucessivas decisões tomadas pelo governo em relação à Previdência têm provocado repercussões de grande profundidade no funcionamento do sistema e, especialmente, na engenharia financeira que sustenta um modelo de repartição simples, onde os contribuintes de ontem, hoje retirados, devem ser sustentados por aqueles que continuam em atividade.

E pode-se citar algumas das transformações de maior significado para o desenho atual da Previdência Social: a unificação dos institutos de previdência de diferentes categorias profissionais, em 1966, gerando um sistema de caixa única e homogeneidade de critérios para contribuições e benefícios; a inclusão dos empregados domésticos na Previdência Social, em 1972; a criação, em 1974, sob responsabilidade da Previdência Social, da renda mensal vitalícia, visando ao amparo a idosos e inválidos; a introdução, em 1975, da contagem recíproca de tempo de serviço, para fins de aposentadoria, para trabalhadores dos setores público e privado; a criação do complexo Sinpas, em 1977, quando, dentre outras medidas, o antigo Funrural foi extinto, incorporando-se os "benefícios rurais" aos "benefícios urbanos"; e, finalmente, as mudanças introduzidas a partir de 1991 e 1992 em razão dos novos dispositivos da Constituição de 1988, que, dentre outros aspectos, estabeleceu o valor do salário mínimo como piso para pagamento de benefícios, reduziu o limite de idade para as aposentadorias rurais e estabeleceu equiparação entre as chamadas previdência rural e previdência urbana.

Despesas e equilíbrio

É incontestável que a Previdência vem enfrentando, já há mais de uma década, aumento nos encargos com benefícios, quer em termos de valor absoluto dos dispêndios, quer no comprometimento relativo das receitas de contribuições. Em consequência, deixou de repassar recursos para a área da saúde, antes parcialmente a seu cargo, através do extinto Inamps.

Acontece, todavia, que as mudanças hechas no quadro financeiro da Previdência não decorreram de uma crescente inviabilidade do sistema, como às vezes se procura fazer crer. Diferentemente, a elevação dos dispêndios com encargos previdenciários e a realocação de recursos derivados das contribuições sobre a folha de salários foram imposições decorrentes dos novos compromissos imputados ao sistema, inseridos no processo de criação e/ou ampliação de benefícios, e dentro de uma nova política de previdência e assistência social que foi sendo consolidada a partir de sucessivas decisões em di-

ferentes governos.

A depreciação do valor real dos benefícios, ao longo do tempo, constituiu, por outro lado, uma forma claramente perversa de viabilizar o não repasse de recursos orçamentários para a Previdência, enquanto a mesma, além de outros encargos financeiros extraordinários, assumia a responsabilidade de proporcionar assistência à saúde de praticamente toda a população. Não foi surpresa, portanto, que, também por falta de recursos em níveis adequados, ocorresse paralelamente a decomposição do sistema básico de saúde.

A despeito do aumento dos compromissos financeiros da Previdência com o pagamento de benefícios ao longo dos anos e dos acréscimos extraordinários ocorridos a partir de 1992, o sistema vem mantendo razoável equilíbrio na relação benefícios/amealhamento bancária nos dois últimos anos. No ano de 1994, por exemplo, o superávit foi de R\$ 1,6 bilhão.

Potencial e conclusões

A Previdência Social, a despeito das profundas transformações que vêm sendo introduzidas na área de benefícios, tem apresentado uma saudável situação financeira nos últimos dez anos, inclusive com a formação de reservas em determinadas fases, o que proporciona receitas financeiras adicionais àquelas derivadas do gerenciamento do fluxo de caixa.

É fato que mais recentemente, com o aumento do valor dos benefícios e o encargo crescente com benefícios rurais sem contrapartida de receitas adicionais, a Previdência passa a trabalhar temporariamente com uma situação praticamente de equilíbrio no fluxo de caixa. Isso, todavia, não deve constituir fonte de preocupação, não apenas porque cabe ao Tesouro fazer determinados repasses compensatórios, ou pela disponibilidade de reservas, mas especialmente face ao potencial de aumento das receitas de contribuições do sistema, a saber: a) 17 milhões de pessoas na área urbana e 10 milhões na área rural; b) se 75% dos evadidos passassem a contribuir efetivamente, isso representaria um aumento próximo de 60% no número total de contribuintes da Previdência; c) isso faria com que a Previdência incorporasse três quartos das pessoas ocupadas, com remuneração.

O economista Dêrcio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, conclui que é preciso ter muito cuidado com as alterações pretendidas pelo governo, uma vez que, independentemente de outras razões, a transposição de um sistema baseado no "contrato de gerações" (os insti-

vos de hoje sustentaram os inativos de ontem e agora são sustentados pelos ativos atuais) para um sistema de capitalização requer que alguém assuma a responsabilidade pelo "passivo previdenciário", ou seja, pelos encargos com o pagamento de benefícios aos já retirados, e seus dependentes, o que constitui compromisso financeiro atual, e ao qual se somarão os novos encargos relativos àqueles que já vêm contribuindo para o sistema e que deverão entrar em inatividade durante os anos futuros.

Não se pode esquecer, portanto, que um sistema de capitalização passa a absorver as receitas de contribuição no presente, mas só assumirá responsabilidade dos encargos no futuro, após 30 ou 40 anos de contribuição. E, mantidas as proporções, a experiência chilena indica que a implantação de um sistema idêntico no Brasil exigiria nos primeiros dez anos, recursos totais equivalentes a aproximadamente 60% do PIB, algo da ordem de US\$ 300 bilhões, ainda que os encargos sejam decrescentes a partir de certo momento.

As preocupações atuais são alarmistas, segundo o economista Dêrcio Garcia Munhoz. Ele diz que ajustes podem e devem ser feitos no futuro. Mas a viabilização de uma previdência complementar de caráter mais amplo no Brasil, com cobertura acima de dez salários mínimos, não requer e não justifica a desestruturação da previdência oficial. Diferentemente, existem todas as condições objetivas para a harmoniosa convivência de ambas.



A transposição de um sistema para outro requer que alguém assuma a responsabilidade pelo "passivo"

Previdência

Governo mente sobre os números da Previdência

Proporcionalidade entre trabalhadores e aposentados pode chegar a 5 x 1 com carteira assinada

Os números apresentados pela equipe econômica e pelo Ministério da Previdência Social, visando à realização de profundas alterações no capítulo da Seguridade Social da Constituição Federal são totalmente incorretos, porque englobam, erradamente, dentro de um mesmo cálculo, aposentadorias urbanas e rurais, além de incluir a renda mensal vitalícia, que deveria ser um benefício de cunho estritamente social, responsabilidade única e exclusiva do governo, e outros encargos não compreendidos como de inatividade, tais como o auxílio doença, auxílio reclusão e abono de permanência em serviço.

O que vem acontecendo, portanto, é que tem sido considerado o número de benefícios pagos pela Previdência, e não o número de inativos, para o cálculo do coeficiente de dependência do sistema. Com isso tem-se trabalhado equivocadamente com um número total de benefícios próximo de 15 milhões. Consequentemente, ao se fechar o número de benefícios, a relação contribuinte/benefícios, fica artificialmente reduzida. Essas conclusões são do economista Dércio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, em seu trabalho "Previdência Social: perspectivas de manutenção do equilíbrio financeiro".

Baseado nesse estudo, comparando-o com as afirmações do ministro da Previdência Social, Reinhold Stephanes, de que hoje haveria uma relação de dois trabalhadores para cada aposentado, o economista afirma que, se fosse realidade, o governo teria de arrecadar dos contribuintes (como contribuição do empregado e/ou do empregador, ou através de tributos) equivalente a 50% do que fosse pago a um inativo. An-



O economista Dércio Garcia Munhoz comprova que a Previdência Social trabalha com números incorretos

da nesse caso hipotético, segundo Dércio Munhoz, o sistema já teria ultrapassado os limites da viabilidade.

Utilizando dados do próprio Ministério da Previdência Social, o estudo mostra que ao se considerar, separadamente, o número de inativos urbanos e rurais, a relação apresentada de 2/1 sucumbe. Em 1993, por exemplo, o coeficiente de dependência daquele que é pertinente comparar, porque abrange dados homogêneos, é significativamente baixo. A relação era de 3,8 para a previdência urbana e de 0,23 para a previdência rural.

E mais. Retirando-se do cál-

culo a renda mensal vitalícia, que, como visto, é um benefício a não contribuintes mas sob a responsabilidade da Previdência Social equivocadamente, pois trata-se de assistência social, ligada à política governamental, a relação contribuintes/inativos, considerando tão somente os benefícios de aposentadorias e pensões, os dados, nesse caso, revelam um coeficiente de 2,5 para o agregado urbano/rural, e de 4,2 contribuintes por inativo nos cálculos restritos à previdência urbana. Isso representa mais que o dobro da relação 2/1 que alimenta o argumento da inviabilidade do sistema previdenciário brasileiro.

Monopólio do petróleo



BRASÍLIA - Na mais tumultuada sessão dos últimos tempos, a Câmara dos Deputados aprovou ontem, em primeiro turno, a emenda constitucional que quebra o monopólio da Petrobras na exploração e refino de petróleo. Foram 364 votos favoráveis, 141 contrários e três abstenções. Votaram 508 deputados. A emenda ainda deverá ser aprovada em segundo turno pela Câmara e depois vai ao Senado, para duas votações.

Com a queda do monopólio da Petrobras, uma lei vai criar um órgão para regular o novo modelo de exploração e refino no País. De acordo com o líder do governo na Câmara, Luiz Carlos Santos (PMDB-SP), o órgão deverá se inspirar no antigo Conselho Nacional do Petróleo (CNP), com atribuições de definir a política, controlar e coordenar as atividades do setor, licitar e fiscalizar os contratos com as empresas, impedir práticas ilegais de comércio e coordenar as operações em casos de emergência.

Emoção

A emoção tomou conta do plenário. O deputado Almino Afonso (PSDB-SP) falou de sua luta histórica a favor do monopólio e lembrou que votava contra a orientação de seu partido. Os deputados Domingos Dutra (PT-MA), Ana Júlia (PT-PA) e Aldo Arantes (PC do B-GO), entre outros, vestiram-se com a bandeira do Brasil. O Hino Nacional foi cantado pela oposição, uma minoria fazendo barulho.

O relator da emenda de quebra do monopólio da Petrobras, deputado Lima Neto (PFL-RJ), foi acusado de "ter se vendido" às empresas interessadas no assunto. O deputado Marcelo Deda (PT-SE) vasculhou as contas de campanha de Lima Neto e encontrou o registro de R\$ 40 mil doados a ele pela Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, uma das duas únicas refinarias privadas do País, em troca de bônus eleitorais. Da tribuna, ele alegou a suspeição do relator.

Chegou a acontecer um bate-boca entre Deda e Lima Neto. "O senhor é suspeito", gritou Deda. Lima Neto respondeu: "É o caso da contribuição da Norberto Odebrecht ao PT? Os senhores vão renunciar ao cargo de relator toda vez que o projeto for da área econômica, com interesses para alguma empreiteira?" A Odebrecht contribuiu com R\$ 200 mil para a campanha do candidato a governador de Brasília, Cristóvam Buarque, do PT. A mesma quantia foi doada pela Via Engenharia.

Leia o editorial "O petróleo é nosso", na página 6.



Após uma das mais tensas sessões do Congresso



Manifestantes quebram os vidros das portas e



FHC janta com os deputados rebeldes do P

BC SERÁ HOMENAGEADO HOJE PELA CÂMARA

Uma sessão solene será realizada hoje, às 10 horas, em homenagem ao Banco Central do Brasil, pelo transcurso do seu 30º aniversário. Os deputados interessados em falar pelo PT, devem procurar o Dermival ou o Égio, na Liderança, pelo ramal 8144.

SETE MATÉRIAS EM PAUTA

O plenário da Câmara reúne-se hoje, às 14 horas, com a seguinte pauta na ordem do dia:

Medidas cautelares - Recurso nº 162/94 solicitando que o projeto de lei nº 3.952/93, que dispõe sobre a concessão de medidas cautelares contra atos do Poder Público e dá outras providências", seja submetido ao Plenário. O PT vota pela rejeição do recurso.

Trabalhadores nos colegiados - Recurso nº 3/95 solicitando que o projeto de lei nº 305/91, que "regulamenta o artigo 10 da Constituição Federal (assegura a participação dos trabalhadores nos colegiados dos órgãos públicos), seja apreciado pelo Plenário.

Cargos de natureza especial - Requerimento solicitando urgência para a tramitação do projeto de lei nº 233/95, do Poder Executivo, que "fixa a remuneração dos cargos em comissão e de Natureza Especial e das funções de direção, chefia ou assessoramento que menciona".

Vencimentos do Ministério Público - Discussão do projeto de lei nº 154/95, que dispõe sobre os vencimentos dos membros do Ministério Público da União. O PT vota pela aprovação, suprimindo o artigo 3º.

SESSÃO DA CÂMARA HOJE



Situação jurídica do estrangeiro - Discussão do projeto de lei nº 194/95, que altera a redação dos artigos 12 e 53 da Lei nº 6.815/80, que define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. O PT vota pela aprovação.

Acordo vales postais - Discussão do projeto de decreto legislativo nº 418/94, que aprova os textos do Acordo Referente aos Vales Postais e do Acordo Referente aos Objetos Contra-Reembolso, que são os Atos Opcionais emanados do XX Congresso da União Postal Universal (UPU), realizado em Washington, em dezembro de 1989. O PT vota pela aprovação.

Cooperação aduaneira - Discussão do projeto de decreto legislativo nº 442/94, que aprova os textos das Convenções sobre Cooperação Aduaneira, celebradas entre o Governo da República Federativa do Brasil e países de língua oficial portuguesa, em Luanda, em 26 de setembro de 1986. O PT vota pela aprovação.

PROPOSIÇÕES



PROJETO ESTABELECE REGRAS PARA IMÓVEIS DA CÂMARA

O deputado Marcelo Déda apresentará hoje ao plenário da Câmara projeto de resolução dispondo sobre a ocupação de gabinetes e apartamentos da Casa. O parlamentar propõe regras para a formalização do uso do imóvel, sua destinação, os critérios de distribuição, o tempo de ocupação, os deveres do permissionário, as hipóteses de extinção da permissão e o prazo para restituição do imóvel. "Se o projeto for aprovado", afirma Déda, "a distribuição de gabinetes e apartamentos funcionais deixará de ser moeda de troca entre deputados".

Caso Econômico mostra fraqueza de FH

Deputado Nedson Micheleti critica o neoliberalismo tupiniquim e o favorecimento à oligarquia baiana

Déda entre os "cabeças do" Congresso

O deputado Marcelo Déda, PT de Sergipe, figura entre os "Cabeças" do Congresso Nacional, segundo o Boletim do DIAP do mês passado, no qual apresenta o resultado de uma pesquisa sobre os 100 parlamentares mais influentes do Poder Legislativo. O informativo justifica a inclusão do representante sergipano na lista dos melhores da seguinte forma:

"Marcelo Déda - PT/SE -Deputado 1º mandato, advogado. Estreante no Congresso, tem se destacado pela qualidade de suas intervenções nos debates. Vice-líder do PT, é membro da Comissão de Constituição e Justiça. É um parlamentar em ascensão, que ganha credibilidade pela seriedade com que tem atuado. Com vínculos políticos e profissionais com o movimento sindical



Déda com atuação destacada



Auto Peças Santa Cruz



O deputado federal Nelson Micheleti (PT-PR), criticou a forma como o governo tratou a questão do Banco Econômico, em pronunciamento que fez no plenário da Câmara.

Segundo o deputado, 54 mil médios aplicadores não podem movimentar sua conta, enquanto os grandes aplicadores sacaram na véspera da intervenção. Ele questiona o vazamento das informações e o papel do Banco Central e do Ministro Pedro Malan no episódio.

Nelson lembra que o "Econômico sempre esteve à sombra do Estado". Seu crescimento coincide com a sua influência no poder. Não é por acaso que em 1988 e 89 ele figurava na 20ª posição do ranking bancário e, em 1990, já no governo

sidente do BB e da CEF, Antônio Carlos Magalhães governador da Bahia e Ângelo Calmon de Sá ministro do governo Collor, afirmou o deputado.

O deputado ironiza o neoliberalismo tupiniquim, onde "privatiza-se as estatais lucrativas e estatiza-se as empresas privadas quebradas".

Ele disse que "não podemos admitir que os controladores do banco e a oligarquia baiana, que usaram e abusaram do banco, lavem as mãos e não assumam sua responsabilidade. Não podemos admitir que a elite política da Bahia use influência para arrancar recursos públicos e atender interesses particulares.

Nelson finaliza seu pronunciamento constatando: "O poder de

quais sobre o papel dos parlamentares mais influentes do Poder Legislativo. O informativo justifica a inclusão do representante sergipano na lista dos melhores da seguinte forma:

"Marcelo Déda - PT/SE -Deputado 1º mandato, advogado. Estreante no Congresso, tem se destacado pela qualidade de suas intervenções nos debates. Vice-líder do PT, é membro da Comissão de Constituição e Justiça. É um parlamentar em ascensão, que ganha credibilidade pela seriedade com que tem atuado. Com vínculos políticos e profissionais com o movimento sindical, vem se revelando um competente defensor dos interesses nacionais, dos trabalhadores, servidores públicos, aposentados e pensionistas. Esquerda".

Déda com atuação destacada



Auto Peças Santa Cruz



Trava as rodas, corta a ignição e dá alarme.

TROCA DE ESCAPAMENTOS

Av. Carlos Burlamarqui, 221
Fone: (079) 221-4529

34 mil meios aplicadores não podem movimentar sua conta, enquanto os grandes aplicadores sacaram na véspera da intervenção. Ele questiona o vazamento das informações e o papel do Banco Central e do Ministro Pedro Malan no episódio.

Nelson lembra que o "Econômico sempre esteve à sombra do Estado". Seu crescimento coincide com a sua influência no poder. Não é por acaso que em 1988 e 89 ele figurava na 20ª posição do ranking bancário e, em 1990, já no governo Collor, saltou para a 8ª posição.

Não casualmente Lafayette Coutinho e Álvaro Mendonça, ex-diretores do Banco Econômico, eram pre-

tupiniquim, onde "privatiza-se as estatais lucrativas e estatiza-se as empresas privadas quebradas".

Ele disse que "não podemos admitir que os controladores do banco e a oligarquia baiana, que usaram e abusaram do banco, lavem as mãos e não assumam sua responsabilidade. Não podemos admitir que a elite política da Bahia use influência para arrancar recursos públicos e atender interesses particulares.

Nelson finaliza seu pronunciamento constatando: "O poder de ACM sobre o presidente Fernando Henrique Cardoso já está claro, para tristeza daqueles que ainda esperavam algo de novo deste governo".

POSTO ARACAJU CENTRO

Venda de Combustíveis, lubrificantes Bebidas Antarctica e Coca-Cola

CONVÊNIO APCEF

☎ 222-4422

RUA DR. CARLOS FIRPO, 265